

## ----- ATA N.º 2/2023 -----

**SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE FERREIRA DO ZÊZERE AOS VINTE  
E OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE  
DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** -----

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, na Associação de Cultura, Desporto e Recreio de Chãos, na localidade e freguesia de Chãos, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a Presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
2. Apreciação e votação da ata 1ª Sessão Ordinária realizada em 24 de fevereiro de 2023. -----
3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção das taxas devidas no âmbito do processo de "Reconstrução e Ampliação de uma Construção Rural para Espaço Museológico da Cerâmica e da Serração de Madeiras" da Junta de Freguesia de Águas Belas. -----

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Manuel António Dias Ferreira n.º 22, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

b) Colocação de sinal de trânsito, nos estacionamento junto ao Pavilhão Municipal, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Ivone Silva, na Rua Durval Rosário Marcelino e na Rua de S. Guilherme, sito no lugar Salão de Cima, no lugar Salão de Baixo e no lugar de Casal da Mata respetivamente; -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para transferência da gestão do ancoradouro de Dornes para o Município de Ferreira do Zêzere. -----

5. Apreciação e votação à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal, Caracterização dos Postos de Trabalho e Competências para o ano de 2023, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

6. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2022 do Município de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere. -----

8. Apreciação e votação da versão final do Regulamento de Condecorações Municipais, em cumprimento da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

9. Apreciação e votação da versão final do Regulamento do Estatuto do Provedor do Município do Concelho de Ferreira do Zêzere, em cumprimento da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

10. Apreciação e votação da versão final do Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Editorial, em cumprimento da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

11. Para conhecimento da Prestação de Contas de 2022 da Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. -----

12. Para conhecimento da Prestação de Contas de 2022 da RSTJ-Gestão e Tratamento de Resíduos E.I.M., S.A. -----

13. Para conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento 2023 da Tejo Ambiente. -----

14. Para conhecimento da proposta da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para a constituição da EIVL - Equipa para a Igualdade na Vida Local. -----

15. Compromissos Plurianuais: -----

15a) Para conhecimento dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

16. Informação acerca do Processo relativo à Freguesia de Pias. -----

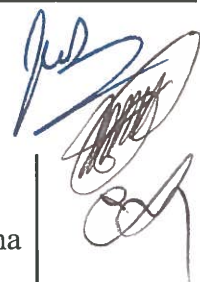
#### **INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----**

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Presenças:** distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência do Deputado Municipal, Tiago Miguel Godinho Antunes, que foi substituído pelo cidadão, Pedro Manuel dos Santos Vitorino. -----

A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores, Orlando da Silva Patrício, Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

**Abertura da Sessão:** Eram vinte e uma horas e doze minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral, e a pedido do Senhor Presidente da Freguesia de Chãos, cumprimentou todos os Senhores Deputados Municipais pela presença na sua freguesia. Cumprimentou também o público que estava a assistir, bem como aqueles que irão ter possibilidade de assistir via Streaming. Informou e ao abrigo das disposições legais reconhecer junto dos Senhores Deputados que estão a ser filmados como participantes da Sessão da Assembleia Municipal, estando já previamente inscrito no Regimento da Assembleia Municipal, as novas normas da proteção de dados, sendo obrigado a referi-lo em cada sessão. Não querendo deixar passar a oportunidade, disse que a Assembleia tem de vir às diversas Juntas de Freguesia, para reunir, resultando de uma vontade expressa no seu Regimento, e dos Senhores Deputados Municipais que anuíram sempre no cumprimento do procedimento que aprovaram, sendo para todos os presentes uma alegria e uma honra também, estarem pela primeira vez em tantos anos de democracia e de vida democrática, reunir na



Freguesia de Chãos, que é Freguesia mais afastada do Concelho, sendo uma forma de reconhecer que são todos Ferreirenses, tendo por obrigação lutar pelos mesmos objetivos que são comuns. Continuou e referiu que se comemorou três dias antes os quarenta e nove anos do vinte e cinco de abril, ou seja quarenta e nove anos de vida democrática, e independente daquilo que sejam as exposições políticas de cada um, referente àquilo que aconteceu depois do vinte e cinco de abril, dizendo que aquilo que devemos e aquilo que somos hoje, integra-se naquilo que é a vida democrática, sendo a participação dos cidadãos respeitada, pelos órgãos que executam o poder e que são devidamente legitimados pelos atos eleitorais. Referiu ainda que nos tempos que hoje correm, todos se perguntam o que é que está a acontecer à nossa volta, e quando se vê, dando o exemplo de livros que foram escritos há sessenta anos, estando agora a serem revistos, sobre uma forma de uma nova abordagem cultural, porque não se pode dizer a palavra “gordo”, porque aquele tinha uma cor de pele mais escura, sendo uma interrogação que todos os presentes se deverão colocar, uma vez se estar a aproximar do tempo a ter que selecionar para cada um aquilo que é a verdade oficial, lembrando-o muito aquilo que foi os princípios dos regimes militares da Alemanha, em que o nazismo se baseou muito naquele tipo de afirmações perfeitamente inócuas no princípio e que se transformaram naquilo que se transformaram e tem-se assistido em Portugal a algumas manifestações que se pensa quase incríveis de assistir, e que tem muitas vezes deixado o bom nome de um País, num local onde não deveria nunca ter estado, não querendo deixar de poder referir este pensamento, terminando assim a sua abertura de sessão. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**



O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, fez uma abordagem breve de alguns pontos mais importantes da correspondência recebida, mencionando um convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere, pelo seu septuagésimo sexto aniversário da sua fundação, deixando o seu apreço e um agrado pelo seu aniversário. -----

Não houve intervenções. -----

## **2. Apreciação e votação da ata 1ª Sessão Ordinária realizada em 24 de fevereiro de 2023.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma alteração à ata recebida que foi enviada oportunamente, pelo que não houve nenhuma intervenção. -----


Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com dezanove votos a favor, treze do Partido Socialista e seis do PPD/PSD-CDS.PP, zero votos contra, e três abstenções, sendo duas do Partido Socialista nomeadamente o Senhor Deputado António Manuel Henriques de Jesus e Nuno Filipe Antunes Ramalho e uma do PPD/PSD-CDS.PP, nomeadamente a Senhora Deputada Municipal Sara Maria Cardoso Palhim Diogo Ferreira, que não estiveram presentes na referida sessão. -----

## **3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

O Deputado Municipal, o Senhor João Miguel Sá da Silva, no uso da palavra, e querendo focar a sua intervenção em três assuntos, em primeiro lugar solicitou esclarecimento relativo ao Plano de Urbanização da Vila, em segundo lugar pretendia saber quais eram os benefícios que são esperados na funcionalidade e na orgânica dos serviços municipais com a abertura de nove concursos de pessoal

anunciados recentemente. E por último no terceiro ponto referiu-se ao projeto da Nova Escola Pedro Ferreiro, primeiramente dando os parabéns ao Senhor Presidente e a todo o Executivo pelo projeto da nova Escola, apresentado no dia dezoito no agrupamento de escolas de Ferreira do Zêzere. Continuou dizendo que esteve presente em representação da Associação de Pais de Ferreira do Zêzere e a convite da Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere. Disse que foi com agrado e também com satisfação que se inteirou do projeto apresentado, contudo, gostaria que tivessem em consideração o seguinte aspeto. Na apresentação do projeto, foi dito que grande parte da nova escola irá coincidir com uma parte substancial do atual edifício, dizendo que quando se sobrepõem as plantas percebe-se que o bloco onde funciona atualmente o auditório da escola, a biblioteca, um ginásio, não se sobrepõem e fica ligeiramente afastado, não criando aparentemente na sua ótica conflito que possa manter-se e coexistir no futuro. Gostaria que considerassem, e dando conta que o passado já os ensinou, falando no Centro Escolar de Ferreira do Zêzere, em que se reconheceu algumas lacunas, achando que seria um desperdício se se demolisse aquele bloco, pensando que poderá ser útil no futuro, para algumas lacunas acreditando que depois de obra feita, esperando que seja feita e que seja realidade, mas que se ficasse ali com um espaço extra que possa ser utilizado, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor José Pedro Pestana Joaquim, no uso da palavra, começou por referir que no passado oito de abril teve conhecimento da colocação de sinal C11 na Estrada Municipal 520-1, junto ao cruzamento da Rua do Vale Perro, em que foi colocado sensivelmente a um metro da placa de início de Freguesia de Águas Belas. Sente-se um pouco desapontado como Presidente de Junta de Freguesia e como Águabelense por tal situação, e que até à presente data, ainda não




obteve a resposta a um ofício enviado ao Município, pelo que gostaria de ter algum feedback em relação a esse assunto, dizendo que supõe que contudo o sinal foi colocado naquela semana, e que o mesmo não está a uma distância regulamentada em relação ao cruzamento e em relação à placa. Falando sobre a obra na EN 238, da Tejo Ambiente, em Águas Belas, pretendia saber qual é a previsão do término das obras, atendendo ao mau estado da via, a pavimentação das valas abertas para passar as condutas dos esgotos, bem como pretendendo saber se se previu o início das obras na faixa de rodagem contrária em relação à conduta de água, se já existe timing's para poderem dar alguma resposta aos cidadãos daquela localidade. Pediu também esclarecimento em relação se já existe algum planeamento a nível do corte de ervas e limpeza de bermas, dizendo que o Verão está a aproximar-se, tendo-se já verificado alguns dias com um risco muito elevado, referindo que nesses dias só podem fazer corte até às onze horas, e que a temperatura irá aumentar dentro de poucas semanas, onde se vai entrar em risco máximo elevado, o que irá dificultar o corte de ervas , ou mesmo até impossibilitar essa situação, tendo ainda muitos quilómetros para limpar, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor Márcio Rafael Gomes Cabral, no uso da palavra, começou por fazer um elogio e que também já o fez na última Assembleia Municipal, e que se prende com o Albergue que está a ser construído em Areias, relativo aos Caminhos de Santiago. Referiu que na manhã de vinte e oito de abril e para os presentes terem a noção da importância da obra, deu conta que no espaço de uma hora conseguiu falar com catorze peregrinos diferentes, provando assim a importância da obra, felicitando a Câmara Municipal por ter avançado com aquele projeto e que estava já há muito tempo no papel. Aproveitou para dar um alerta e para que se possa estudar um bocadinho duas situações. Deu conta que uma delas



tem a ver com o registo do caminho alternativo que foi criado nos roteiros, dizendo que a maior parte deles optam pelo percurso alternativo, devido a olharem para o original e assustam-se porque é subir para o meio da serra, no entanto, na maior parte dos roteiros não vem mencionado esse percurso, dizendo que tem de haver um reforço de sinalização desse percurso naquilo que são os roteiros dos caminheiros do Caminho de Santiago, para que eles não venham na dúvida. Outra questão que queria ser esclarecido e também relativo ao Albergue, para saber se há hipótese de se fazer alguma alteração e que será de extrema importância a partir do momento em que estiver pronto, dizendo que no percurso alternativo à saída do Albergue, volta à Estrada Principal de Areias em direção ao Tojal e depois na BJ vira à esquerda no cruzamento de Telhadas. Disse que não faz o mínimo de sentido, sendo que uma vez que se sai do Albergue à esquerda passados quinhentos metros encontra-se o caminho original, achando que aquele desvio da Estrada Nacional acaba até por ser mais perigoso, devido a ter mais trânsito, não fazendo muito sentido, querendo saber se haverá possibilidade de analisar a situação exposta, para se fazer a alteração. Continuou e falando na ETAR de Areias, situação que já vem a ser referenciada de trás, dizendo que a obra nunca mais avança, referindo que as árvores foram realmente tiradas, não existindo estaleiro, de tempos a tempos vê-se viaturas da Tejo Ambiente, mas a obra em si nunca mais começa, convidando os presentes a passarem naquela zona agora que começou o calor e durante o dia para terem noção do cheiro que sai daquela ETAR, das condições em que está a ribeira e da quantidade imensa de insetos que já existem ali lembrando que ainda se está na primavera, sendo a seu ver, uma situação muito grave, que necessita de ser resolvida, e havendo o compromisso de que seria no segundo semestre do ano de dois mil e vinte e dois, tendo pressionado esta situação, bem como o Senhor



Presidente da Câmara. Falando sobre a Biocompost, referiu que como começaram os dias de calor, e dias complicados, pois começaram também os cheiros, e mais intensos, questionando se existe mais algum desenvolvimento, dizendo que reportou aquela situação por uma, duas vezes ao Senhor Presidente da Câmara. A última questão que queria colocar era no seguimento do que o Senhor Deputado Municipal José Pedro, já tinha mencionado, em relação ao corte de ervas, querendo reforçar a questão da transferência de competências. Disse que entre os Senhores Presidentes de Junta todos sabem que está a ser negociado, querendo ressaltar essa informação para os restantes membros da Assembleia, dizendo que estão a negociar com a Câmara Municipal a transferência de competências, querendo deixar um reforço, naquilo que considera que é a importância da transferência de competências. Mencionou que já tiveram alguns dias de risco elevado de incêndio que não lhes permite trabalhar a partir das onze horas da manhã, reforçando que tem um território imenso para limpeza, contando só para esse efeito os caminhos afetos às Juntas de Freguesia, e que não havendo até à data transferência de competências para os seus caminhos vicinais, referindo aquela situação pois acredita que muitas pessoas que continuam a não vir às Assembleias Municipais, e que depois criticam de qualquer formas nas redes sociais e sendo a Assembleia Municipal transmitida via Streaming, pode ser que vejam e percebam aquilo que muita das vezes pretendem explicar. Disse que neste momento não têm as competências para além dos caminhos vicinais a nível das limpezas, querendo deixar esse alerta de extrema importância para que se consiga chegar a bom porto, ressaltando que o que está a ser negociado só entrará em funcionamento para o próximo ano. Terminou dizendo que é de extrema importância que essas competências avancem explicando que está mais que provado que por muitas voltas que se deem, a Câmara Municipal não tem a capacidade de



fazer a limpeza no Concelho todo, não havendo volta a dar, pois não existem meios suficientes, querendo deixar uma questão, em que no início do mês tiveram uma reunião e foi-lhe dito que iria haver uma equipa da Câmara afeta às Juntas de Freguesia para fazer limpezas e outra afeta à Câmara Municipal, pelo que passou quase um mês, ao que mencionou que não teve equipa alguma na sua Freguesia, não sabendo se irá ter, quando irá ter, que equipa vai ser, como irão ser feitas as limpezas. Deu os parabéns ao Senhor Deputado Municipal, Senhor Edmundo Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de Chãos, devido a ter decidido avançar por iniciativa própria e apesar de não ter a competência, e ter feito a limpeza na Freguesia, dizendo que se pretendesse efetuar o mesmo que o Presidente da Junta de Freguesia de Chãos não tinha neste momento orçamento suficiente para essa limpeza, embora sejam territórios completamente diferentes, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor António José Craveiro de Carvalho, no uso da palavra, começou por falar no PDM, referindo que foi eleito na primeira Assembleia representante das Juntas de Freguesia para acompanhar uma possível discussão sobre o assunto, ficando com algumas expectativas, desde essa altura, dizendo que até à data não foi contactado nenhuma vez, tendo conhecimento do PDM do que foi apresentado nas Juntas de Freguesia, e pelos conhecimentos profissionais que detém e por alguma facilidade em analisar a questão, chegando à conclusão que se tinham um PDM muito mau, o novo possivelmente é pior. Existem imensos problemas, pensando que tal se verifica em todas as freguesias, mas que na Freguesia do Bêco, talvez mais, onde existe a sobreposição do risco de incêndio, sendo um absurdo completo nalgumas situações segundo sua opinião. Depois de ter sido posto à discussão pública e se estão preocupados em ir aprovar um PDM que não têm



efeitos práticos nenhuns, melhorias nenhuma, dizendo que se deve ponderar bem as alterações que são possíveis a fazer ou não, e também não se deixar cair no erro anterior, dizendo que não foi este Executivo atual que o elaborou, mas sendo certo que no último ano e meio o Senhor António José Craveiro, nunca foi chamado para dar algum tipo de parecer. Diz que as coisas continuam a serem feitas nos gabinetes sem conhecimento do campo, achando que há alguma coisa que funciona mal e que nesse sentido não se evolui. Relembrou que é um ponto que deve ter alguma atenção e deve ser acompanhado com algum rigor. Passando para outro assunto, mencionou uma situação caricata na Senhora da Orada e na Portela do Brás. Na Senhora da Orada que referiu ter meia dúzia de casas no Concelho de Alvaiázere e registadas no Concelho de Ferreira do Zêzere, sendo os habitantes eleitores de Ferreira do Zêzere e que não tem número de polícia porque a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere não pode atribuir número de Polícia. Na Portela do Brás diz que se passa o inverso, em que há meia dúzia de casas no Concelho de Ferreira do Zêzere, tem número de polícia atribuído pelo Município de Alvaiázere. O Senhor Deputado Municipal António José Craveiro tomou a iniciativa e no seguimento de algumas queixas dos seus habitantes, reunir no local com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere bem como também com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, em que ficou decidido verificar o que era possível fazer para resolver uma situação que se arrasta há mais de quarenta anos. Salientou que da parte da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro não via interesse nenhum devido a estar preocupado a perder cerca de cinco mil metros quadrados numa eventual correção de limites. Na altura ficou definido que se iria verificar o que era juridicamente possível efetuar para resolução da situação, querendo assim saber o ponto da

situação, para poder transmitir essa informação às pessoas interessadas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor Armando do Carmo Cotrim, no uso da palavra, começou por felicitar a Assembleia Municipal por estar a fazer história mais uma vez, trazendo a Assembleia Municipal à Freguesia de Chãos. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, e sobre as passadeiras elevadas da Vila, dizendo que são um transtorno, para quem lá passa, sendo que há muito tempo que a população tem reclamado, solicitando que elas sejam diminuídas ou eliminadas, questionando se está previsto alguma situação sobre as mesmas. Relativo aos passeios à entrada da Vila, tanto de um lado como do outro, do antigo Hospital de Todos os Santos ou do Intermaché, dizendo que também são insistentes, referindo que dá um pouco mal aspeto a quem visita Ferreira do Zêzere, questionando se estão previstas alguma regularização de passeios na entrada da Vila. Falou também dos passeios da escola para o pavilhão, dizendo que todos os dias passam lá muitas dezenas de alunos e que fazendo aquele percurso, chegando a ser vergonhoso, a situação em que os alunos passam no espaço quando está a chover principalmente, situação esta que os alunos e respetivos pais tem manifestado desagrado, questionando assim se estão previstos alguns passeios para aquela zona que mencionou. Quis saber que outras obras estão previstas para a Vila, tendo em conta o Novo Plano de Urbanização, mencionando também o Parque Verde da Vila da Fundação Maria Dias Ferreira, com a Câmara Municipal. Sobre o alcatroamento Chão da Serra, questionando se está previsto alguma melhoria para aquela via, com uma reabilitação mais a fundo com passadeiras, com passeios, como a via merece, pois é uma via turisticamente muito importante para o Concelho de Ferreira do Zêzere e para a Freguesia de Ferreira do Zêzere. Referente ao turismo e atendendo a que se está a chegar ao Verão,



questionou o que está previsto para receber os turistas, como está a ser preparada essa campanha para receber dignamente quem nos visita, sabendo que existe dois novos postos de trabalho para o turismo, questionando se se prevê os Postos de Turismo estarem abertos ao fim de semana e feriados, que é quando os turistas mais visitam o Concelho, terminando assim a sua intervenção. -----

A Deputada Municipal, a Senhora Mónica Patrícia Alves Antunes, no uso da palavra, e falando nos passeios nas principais vias de acesso à Vila, mencionou especificamente a rua do Intermaché, em que de um lado o passeio está arranjado, calçadado e do outro lado está em terra, pretendendo saber se existe algum planeamento nessa área. Falando na época balnear, pretendia saber em que ponto está o projeto da praia fluvial da Bairrada/Bairradinha, o que está previsto, e tocando num assunto problemático naquela zona que é o estacionamento, se está também alguma situação prevista, pois é sempre o caos, no pico do verão, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor Nuno Filipe Antunes Ramalho, no uso da palavra, e falando sobre o ambiente, referiu que o Município de Ferreira do Zêzere sendo sócio da Tejo Ambiente, bem como todos os contribuintes do Município de Ferreira do Zêzere, pretendia saber quanto ao saneamento do sistema de águas residuais, dizendo que Ferreira do Zêzere não está e segundo dados do INE de dois mil e vinte e dois nos cinco piores do país em termos de cobertura, mas não se está muito longe dessa situação, e que em termos regionais Ferreira do Zêzere está nos piores, não atribuindo culpas a ninguém, mas que foi possivelmente um barco que não se apanhou nos anos noventa, tendo sido essa época de maior investimento nessa área. Segundo o Senhor Deputado Municipal diz que é um problema, mas não preocupante, ou seja, preocupante sem ser crítico, devido a que as habitações que

não estão ligadas a um coletor, e que tem pelo menos fossas sépticas e estanques, esperando que depois sejam essas vazadas, e transportadas a ETAR's. Questionou, e da parte da Tejo Ambiente que previsão é que existe de expansão de investimentos para expansão da rede de drenagem de águas residuais e também no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral, também em investimentos na manutenção daquilo que já existe, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor Filipe Dinis Mendes de Figueiredo, no uso da palavra, começou por agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Chãos, a hospitalidade, e no seguimento das intervenções anteriores em que mencionaram, que é um exemplo daquilo que deveria acontecer no Concelho e em que todos constataam que não está a acontecer em termos de limpeza de bermas da estrada. Deu os parabéns ao Bombeiros de Ferreira do Zêzere pelos seus setenta e seis anos de existência, querendo fazer uma proposta ao Senhor Presidente da Assembleia de pensar eventualmente uma Assembleia Temática para o próximo ano na celebração do vinte e cinco de abril, em que são os cinquenta anos, convidando todos, eventualmente uma proposta, uma sugestão, não mais do que isso, todos os deputados anteriores, os atuais, os partidos que já se candidataram, as pessoas que estiveram envolvidas, no seguimento daquilo que o Senhor Presidente há pouco tinha dito, ou seja, que todos tenham uma palavra, e que seja algo refletido e aberto no Concelho de Ferreira do Zêzere, achando que seria importante na comemoração dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril, deixando assim essa sugestão para o Senhor Presidente da Assembleia. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, disse para não voltar a acontecer, e que tenha isso em consideração, referindo-se à alteração da data da Assembleia Municipal na última Sessão de Assembleia

Municipal, ficou marcada para uma determinada data, o que pelo menos deveria ter tido uma palavra com os Senhores Deputados, pois tinham combinado para vinte e um de abril e não para vinte e oito de abril, havendo assim um volte-face. Dirigindo-se ao executivo, voltou a frisar o assunto da ponte na Pombeira, questionando para quando a sua intervenção, sabendo perfeitamente que não é uma obra do executivo camarário, e tendo sido anunciado já há algum tempo, não sabendo que constrangimentos é que irá trazer a quem utiliza essa ponte diariamente. Apareceram nas notícias, mas aquilo que é oficial, não se sabe nada em concreto, e que não tem chegado aos Deputados Municipais essa informação. Solicitou e no seguimento daquilo que é a análise e daquilo que andam a executar em termos de regulamento de viaturas para que se pudessem ter uma abordagem mais aprofundada, se seria possível o executivo fazer chegar aos Deputados Municipais, uma listagem daquilo que são os veículos e as máquinas afetas aos serviços, não pretendendo uma lista muito detalhada, mas para terem uma noção do que é, pretendendo saber se efetivamente existem veículos que sejam propriedade do Município ou que tenham reserva por parte do Município que estejam áfetos, não sabendo se existe, ou outras como protocolos com bombeiros e que seja necessário articular com o regulamento dessas viaturas. Questionou ainda o Senhor Presidente se os espaços de jogos e recreio têm os respetivos seguros em dia, se estava tudo em ordem, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal, o Senhor Carlos Ferreira Salgado, no uso da palavra, começou por referir que lhe têm perguntado, muitas vezes das obras do Cemitério de Ferreira do Zêzere, e que embora propriedade do Município está em mau estado em relação aos cemitérios das outras Freguesias, e que o Senhor Vereador Dr. Orlando Patrício prometeu as referidas obras para abril, dizendo que de facto estão a ser

realizadas, dando-lhe por isso os parabéns. Questionou se há de facto nas obras qualquer alargamento, pensando que passava lá uma estrada, querendo ser esclarecido nesse sentido. Disse ainda que é apologista de um cemitério novo. Referindo-se a uma Assembleia do ano anterior o Senhor Deputado Municipal chamou a atenção da Câmara Municipal, que felizmente Ferreira do Zêzere está a ser alvo de muitos turistas, e além de passear, precisam de comer, dizendo que não existe capacidade, referindo que também que não é a Câmara Municipal que vai abrir os Restaurantes para os turistas terem as suas refeições, assinalando que os turistas vêm cá e que depois vão-se embora. No seu ponto de vista esta é uma perda para os empresários da restauração. Chamou a atenção ao Senhor Presidente da Câmara para reunir com os empresários da restauração, não sabendo o que ficou decidido, mas pretendia saber mais pormenores. Do contato que tem tido com os próprios empresários dizem que não têm pessoal para os Domingos, dizendo que há restaurantes que fecham ao Domingo. Pensa que se houver uma planificação e havendo uma boa vontade também mútua entre a Câmara Municipal e os empresários da restauração, e em vez de fecharem ao Domingo, faziam um sacrifício e fechavam durante a semana que é o que fazem em outros Concelhos. Que haja boa vontade de ambas as partes e talvez se possam dar contrapartidas, seja de esplanadas, etc., chamando a atenção daqueles que estão isentos que devem colaborar com a Câmara Municipal. Referiu que é mau a Câmara Municipal fazer o sacrifício e que toda a gente vê, nomeadamente ter feito eventos para as pessoas virem, e as pessoas vêm, e que depois ou se vão embora ou então esperam para almoçar bastante tarde, dando o exemplo do que aconteceu na Festa do Lagostim que deveria, ter uma maior duração independentemente da crítica das pessoas nas redes sociais, solicitando assim que insista mais uma vez junto dos Empresários de

Restauração. Passando para outro assunto referiu que os funcionários públicos estão sujeitos a avaliação pelo sistema chamado SIADAP, e que vai dando pontos consoante a classificação de cada funcionário. Disse que existem vinte a trinta funcionários do Agrupamento de Escolas que embora efetuem serviço na Escola Pedro Ferreira, agora pertencem à Câmara Municipal. Questionou se a Câmara Municipal teve alguma influência na avaliação dos referidos funcionários, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, quis dar dois esclarecimentos, o primeiro ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, o Senhor Márcio Cabral, dizendo que juntamente com o Senhor Presidente da Câmara têm incluído esforços no sentido de aguardar a resposta da Câmara da Chamusca relativo à aprovação do projeto de arquitetura. Referiu que irão pressionar a Biocompost, assim que tenham a certeza que esse projeto, que está já apresentando e em apreciação na Câmara da Chamusca avance, tornando-se um trunfo adicional para se poder efetuar uma negociação. Espera que durante o mês de abril e junho essa situação se desenvolva com alguma brevidade. Em segundo e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, referiu que a responsabilidade da marcação das Assembleias Municipais de acordo com o Regimento pertence à Mesa da Assembleia, particularmente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que as alterações foram por motivos que dizem respeito ao interesse do Concelho, às disponibilidades do Município para poder apresentar documentos que têm que ser apresentados para datas próprias, sendo que no caso específico o adiamento de oito dias deveu-se a compromissos existentes com o Festival e a abertura do Festival do Lagostim que coincidiu precisamente com o dia vinte e um de abril, havendo compromissos tomados nessa altura. Disse que efetivamente as



combinações são feitas, mas os interesses obrigam a alterá-las, referindo que procura sempre responder à situação exposta dizendo que todos os Senhores Deputados têm assistido com o esforço do Serviço de Apoio à Assembleia, ao melhorar a receção dos documentos, de forma a terem tempo e muita das vezes até ultrapassando aquilo que é o mínimo que lei exige. Deu conta que a situação exposta poderá voltar a acontecer no futuro, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por agradecer a presença de todos e que é sempre salutar se poder descentralizar o órgão político mais importante do Concelho, e desta vez em Chãos, dando conta que desde que foi candidato à Câmara Municipal em dois mil e dezassete, acabou por ter uma relação maior com a localidade Chãos, e em particular com o Senhor Presidente da Junta de Chãos, com um conjunto de histórias caricatas, dizendo que conhece muito bem o território de Chãos. Agradeceu a disponibilidade da Associação de Cultura, Desporto e Recreio de Chãos, para a Sessão da Assembleia Municipal, bem como agradecendo à Direção que tem feito um trabalho bom, com muito dinamismo. Por vezes ouve dizer que os territórios para lá da Nacional 110, estão esquecidos, dizendo que acredita que não, pois vai muita vez à Freguesia de Chãos e o território está a ser devidamente cuidado, mencionando que até à data enquanto o atual executivo lidera o Município, não se recorda de dizer que não a algum pedido que tenha saído do território de Chãos, querendo agradecer a todas as pessoas de Chãos por continuarem resilientes e que contem sempre com o apoio do Executivo. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal João Silva em relação ao Plano de Urbanização, dizendo que neste momento a Câmara está numa fase de discussão com a CCDR, relativo a alguns pormenores, dizendo que tiveram que solicitar um parecer jurídico que ainda estão a aguardar, para se poder aumentar a pressão junto

daquela entidade, referindo que existem alguns locais na Vila em que a CCDR entende que não devem ser edificados, mas na opinião do executivo não há sentido algum para que essa situação aconteça, esperando que depois da vinda do parecer jurídico se possa avançar com o procedimento e assim poderem promover um conjunto de alterações, que vão permitir que o Parque Verde avance, como o alargamento do Cemitério, para que a Habitação Social possa ser colocada no sítio onde está pensado, que a própria Escola possa ser também construída no sítio onde está, havendo um conjunto alargado de questões que lhe parecem de fácil resolução, e que estão dependentes desse Plano de Urbanização. Relativo a benefícios dos novos concursos de pessoal, deu conta que sabe bem que quando uma Câmara contrata Recursos Humanos, a primeira situação que se diz é que lá vem mais uns técnicos para não fazer nada. Disse ter um enorme respeito pelos funcionários e com o máximo de frontalidade, e como qualquer empresa há funcionários que trabalham muito, havendo outros que gostava que trabalhassem mais. Todos os funcionários têm as respetivas chefias, não gostando de passar por cima das mesmas, dizendo que representam um importante papel na gestão do território do Concelho de Ferreira do Zêzere. Referiu que já aprovaram o Mapa de Pessoal que foi devidamente enquadrado pela responsável dos Recursos Humanos e que basicamente ou quase no seu todo são para substituições, dando conta que algumas pessoas vão-se reformar, estando um encarregado de baixa médica, existindo um conjunto de dificuldades referente à questão dos assistentes operacionais, nomeadamente nas escolas por força de baixas médicas, de férias, de gravidez, para tentar poder precaver essas situações, umas que já vêm de trás e outras do momento, referiu também que houve um fiscal que pediu mobilidade por força de querer ficar a trabalhar mais perto de casa. Um dos procedimentos, que é de Engenheiro Civil é para essa substituição.

Existe uma divisão que tem o projeto da Escola, da Habitação Social, da Requalificação de Dornes, do Plano Diretor Municipal, havendo nessa Divisão uma panóplia de responsabilidades, sendo muito difícil com as vicissitudes daquela Divisão conseguir dar despacho no tempo útil, pelo que pretendem reforçar a Divisão. Em relação aos assistentes técnicos, disse que serão para o Turismo e Educação, referindo que pretendem ter dois postos de turismo sempre abertos aos fins de semana, não fazendo sentido ter uma política que entende que tem de ser de excelência, com um território com grandes capacidades e possibilidades de alavancagem por força do turismo e não terem o Posto de Turismo sempre aberto e decente em Ferreira do Zêzere, e que esses postos vêm colmatar essas lacunas, dando conta que tiveram de alocar uma funcionária do Posto de Turismo para a Escola. Alocaram assim dois recursos humanos por força de terem saído também, e daquilo que lhe vai chegando a situação está a estabilizar. Um assistente técnico para a Educação por força de delegação de competência relativo às infraestruturas aos assistentes técnicos e assistentes operacionais da escola, o que trouxe um acréscimo de trabalho, querendo dar resposta em tempo útil. Deu conta aos presentes que estes concursos foram todos feitos e pensados com equilíbrio, dizendo que se fossem a fazer o que as chefias solicitavam não estariam em cima da mesa nove procedimentos, mas sim uns vinte, referindo que é o possível nesta altura. Nos próximos anos irá haver um conjunto de pessoas que irão sair, pelo que pretendem precaver o futuro. Passando para o tema da Escola, começou por dizer que é um investimento de nove milhões e quinhentos mil euros, mais IVA, dizendo que na sua opinião é um projeto que está no fim da navalha, dando conta que o Concelho de Ferreira do Zêzere têm vindo ao longo dos anos a perder população, pelo que pretendem mitigar essa perda e eventualmente inverter essa curva, e que não é de

todo fácil, sabendo que esta situação e os números para a DGEST-Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, para o IGEFE – Instituto de Gestão Financeira da Educação, e para o Ministério da Educação, os números contam e quando se têm quinhentas ou seiscentas e cinquenta e uma escolas a nível nacional para requalificar, tem de ser feito um esforço muito grande para que todas elas possam ser requalificadas, achando que não vai haver dinheiro suficiente para tudo, dizendo que ou diminuem o número de escolas ou aumentam o financiamento e o prazo, não acreditando que haja essa capacidade, nem de dinheiro ou de capacidade de execução a tempo das obras. Reconhece que o projeto em si, poderia ser mais conciliado se se tivesse mais tempo, explicando que a força que as entidades como a DGEST, o IGEFE, é muitíssimo grande, e a Câmara Municipal não teve quase possibilidade nenhuma de negociar o projeto, pois apresentaram uma folha de Excel simplesmente com o número de salas, com número de laboratórios e por diante, e que foi dito categoricamente numa primeira versão do projeto que tinha de ser desta forma para darem parecer positivo. A Escola tinha uma previsão de investimento que chegou a doze milhões de euros, mas devido a terem sido feitos alguns cortes e no seguimento do que disse a Vereadora Ana Elisabete na Assembleia Municipal Jovem, tiveram que tirar um conjunto de extras devido a Escola parecer uma escola do Parque Escolar, e o que se pretendia era uma escola de máxima qualidade, dando conta que a escola está como prioridade dois e esteve para não ser. O Diretor Regional fez alguma pressão e conseguiu que ficasse como prioridade dois. Referiu que quanto mais rápido o projeto entrar, e estiver na plataforma, maior é a probabilidade de ser aceite e conseguir financiamento de nove milhões e quinhentos mil euros, mais IVA. Referiu que para o Senhor Presidente da Câmara é um projeto âncora, para o Concelho e que quando se fala só em fiscalização de obra, anda à

volta dos quatrocentos, quinhentos mil euros, dizendo aos presentes que para uma Câmara Municipal com um orçamento de onze milhões de euros, irá ser um esforço enorme, levando a Câmara Municipal a fazer escolhas, e sendo para si o investimento mais importante nos próximos anos. Tendo uma escola com quarenta anos, pretendem que esta nova permita formar com a máxima qualidade as crianças, os jovens, sendo que será com eles que o Concelho sofrerá um desenvolvimento maior no futuro. Deu conta de que se sensibilizou na reunião, com a tentativa de conseguir manter algumas infraestruturas, pelo que vão efetuar essa alegação junto das entidades, para se tentar perceber se existe alguma exigência que a leve a manter ou não, pelo que vão salvar essa questão com o devido cuidado. Pretende ser célere no processo, dizendo que não tiveram possibilidade de negociação, relativo à tipologia e sua localização no que se refere à infraestrutura da escola, às salas, pavilhão etc,.... Disse que o projeto está muito bem feito, pelo que irão apresentá-lo com imagens em três dimensões, quando possível. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal José Pedro Joaquim, e em relação ao sinal, referiu que transmitiu à chefia devida, dando conta que receberam o ofício a dar conta da razão pelo qual aquela situação aconteceu, pelo que está a aguardar resposta, solicitando que a sinalização fosse repostada devidamente. Informou que se ainda não está de acordo, irão avaliar essa situação, para perceber se é possível ainda melhorar. Disse que não conseguem controlar tudo, solicitando que lhe façam chegar as situações, quer ao Senhor Presidente da Câmara quer aos respetivos serviços, não conseguirem estar ao mesmo tempo em todo o lado. Mencionou que estão lá para corrigir e assumir os erros também. Referente à Tejo Ambiente na EN 238, em Águas Belas, disse que, como se sabe pelo menos um bocado até junto das Rações Zêzere, e não sabendo se a pavimentação ficou pronta ou não, pois no dia anterior ainda não estava



pavimentado na sua totalidade, sendo o objetivo que fique pavimentada. Disse ainda que das Rações Zêzere para a frente está ainda dependente de uma autorização das Infraestruturas de Portugal, pelo que tem tentado contactá-los durante a presente semana, não conseguindo nenhuma resposta do Senhor Diretor daquela entidade. Necessita de efetuar um ponto de situação relativamente ao betuminoso nas valas, bem como à colocação da conduta em alta que está previsto para o segundo semestre, não podendo passar deste ano, devido ao asfaltamento da via que irá ser feita a meias, com a Infraestruturas de Portugal, comprometendo-se ver esse ponto de situação com a entidade Águas Vale do Tejo, dando posteriormente a conhecer a data com mais pormenor. Relativo ao corte de ervas, referiu que conversou com o Senhor Vice-Presidente e respetivas chefias, e como já tinha referido, irão estar alocadas duas equipas, sendo uma com dois ou três tratores e um ou dois homens apeados e a outra também com um conjunto de meios. Deu conta que estão a fazer uma alteração de horários para começar mais cedo em jornada contínua o que obriga a um conjunto de procedimentos, desde pedido de parecer ao Sindicato, aos trabalhadores. Referiu que essas duas equipas irão estar em consonância, sendo que uma delas vai ficar com a responsabilidade das Juntas de Freguesia, mencionando que já existe um plano para o corte de ervas definido que irá dar conhecimento às Juntas de Freguesia, a nível das estradas mais importantes com responsabilidade do Município e também alocados às Juntas de Freguesia. Outras responsabilidades do corte e do local será das Juntas de Freguesia, estando assim essa situação tratada. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral e em relação ao albergue deu conta de que desde o início sempre concordaram que seria uma infraestrutura muito importante dada a quantidade de peregrinos, achando que cada vez mais irá haver mais peregrinos a passar naquela zona. Deu conta que para se perceber como

estão as obras e como alguns projetos estão desatualizados, e com a obra do albergue que têm neste momento, já têm de trabalhos a mais catorze mil euros, tornando-se muito difícil para o atual executivo pegar em projetos que depois levam a que tenham tantos trabalhos a mais, já não falando na revisão de preços, estando a falar de cerca de dez por cento, e é muito difícil depois cumprir e terem orçamento para este tipo de situações que os apanham de surpresa. Espera que no futuro, e com os projetos que estão a fazer tais situações não aconteçam, devido a muitos deles terem fiscalização externa onde irão ter revisão de projetos antes da obra iniciar. Em relação ao registo e à questão colocada acerca da correção dos roteiros, disse que vão ter de começar a trabalhar nessa parte e fazer a devida avaliação. Concorda com aquilo que o Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral disse, pois é efetivamente mais perto e mais bonito o trajeto. Falando na ETAR de Areia, informou que o que lhe tinham dito é que estavam a efetuar a colocação da vedação a volta do espaço a intervencionar, não sabendo se realmente essa situação aconteceu. Disse ainda que recebeu uma mensagem a dar conta dos problemas que aquela ETAR tem, começando também a ficar impaciente das promessas que são feitas. Deu conta que na próxima reunião que tiver com o Conselho de Administração da Tejo Ambiente irá mostrar o seu descontentamento relativo ao adiamento. Relativo à Biocompost, disse que recebeu uma comunicação de um munícipe relativo a um conjunto de biocombustíveis, pois trazia maus cheiros, dando conta que solicitou a um técnico para ir ao local para elaborar o respetivo relatório, pelo que o executivo irá reunir, para possivelmente tomar uma decisão mais forte, mas ressalvando que irão necessitar de um pouco mais tempo tendo em conta o que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou anteriormente. Relativo ao corte de ervas percebe perfeitamente as dificuldades que as Juntas de Freguesias sentem, ao dizer que ainda

na campanha sempre disse que o Município não tem capacidade para fazer o corte de ervas a tempo e no tempo certo. Referiu que a temperatura que tem existido atualmente vem exponenciar mais esse problema, dizendo que se existe um parceiro e que respeita muito são as Juntas de Freguesia, que sem esse trabalho das Juntas e um investimento da parte daquelas entidades não seria possível, ter o Concelho como vão tendo, mesmo sabendo e assumindo que já deveria estar muito melhor, agradecendo o trabalho das mesmas bem como o investimento feito. Nunca até ao momento rejeitaram nenhum pedido da Junta de Freguesia, nomeadamente para alguma obra, dizendo que tem de ter no futuro o devido cuidado para haver a devida compensação equilibrada. Falando da delegação de competências disse que tem vindo a ser discutida para se tentar chegar a um consenso mais justo e o mais conciliado possível entre as diversas partes, ressaltando que o orçamento não dá para tudo, dizendo que gostaria de poder contribuir com o dobro do montante financeiro, mas estão a efetuar esse trabalho, reunindo com os Senhores Presidentes de Junta de forma singular, esperando que nas próximas semanas cheguem a um consenso, pois estão a envidar todos os esforços para o conseguirem. Agradece muito, pedindo a ajuda de todos para resolver aquela questão. Respondendo ao Senhor Craveiro relativo ao PDM, disse que o executivo está a fazer o trabalho de agregação/junção, relativo à tipologia dos vários pedidos para depois todos, inclusive, o Senhor Craveiro, poderem olhar para as grandes sugestões, os grandes problemas e poder tomar um conjunto de decisões para posteriormente apresentar à CCDR. Concorda que com o PDM como está, a proposta será reprovada, dizendo que não está a dizer que está a defender o atual executivo, mas tem pena de não ter pegado no Plano Diretor Municipal antes, pois poderia estar diferente, reconhecendo as dificuldades que o executivo teve relativo à problemática e a todas as exigências

que todas as entidades têm colocado. Mas referiu que vão debater para conseguir o melhor Plano Diretor Municipal, juntamente com as Juntas de Freguesia depois de um primeiro feed-back, daquilo que vai ser possível mudar, não conseguindo mudar tudo, sendo isso uma certeza, devido a haver um conjunto de legislação que não permite que se mude, sendo esse o compromisso e a exigência. Terá de ter uma força política muito grande para se conseguir ter um documento melhor. Deu conta que tiveram reclamações que considera que são muito conhecedoras dos técnicos particulares, nomeadamente os engenheiros, os arquitetos, que fizeram um trabalho de auscultação e de estudo do PDM, muito assertivo, que fizeram chegar à Câmara Municipal, e que reuniram com os mesmos acerca desses problemas. Relativo à Senhora da Orada, referiu que é um problema com vários anos, dizendo que já solicitou a informação necessária relativo ao início desse procedimento aos juristas, pelo que irá marcar reunião necessária para o início do procedimento. Não sentem grandes sensibilidades por parte da Junta de Freguesia do Concelho vizinho para a resolução do problema. Para o Senhor Presidente da Câmara parece perfeitamente pacífico aquilo que se está a exigir. Aceita na sua opinião que até pelos moradores não fazer qualquer sentido nos tempos que correm estarem com essas dificuldades, pelo que terão de o resolver. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Armando Cotrim, e falando nas passadeiras elevadas na Vila, passeios, referiu que em reunião com a Divisão responsável, deram conta da identificação de tudo aquilo que é necessário alterar, está feita. A nível das calçadas, as Juntas de Freguesia foram também consultadas, dizendo que o procedimento está em andamento, pedindo alguma paciência, explicando que como tem neste momento muitas frentes de trabalho nessa Divisão, acreditando que nos próximos meses irão conseguir corrigir esses problemas, nomeadamente a entrada da Vila que para o Senhor Presidente é

importantíssima, dizendo que a obra que está a decorrer na zona irá fazer com que haja uma entrada à medida que a mesma irá decorrendo, pelo que terão depois condições para a colocação de calçada naquela zona. Relativo à Rua que faz a ligação da GNR ao CRIFZ, o executivo ponderou avançar com a colocação de calçada, mas que dado o investimento da escola, entenderam iniciar procedimento para fazer um projeto de requalificação com qualidade naquela rua. Disse que já deveria ter sido feita, pois é um eixo muito importante e que será ainda mais importante depois de se ter a Escola concluída. Deu conta que já iniciaram o procedimento e que estão a tratar de avançar com o projeto que irá ficar pronto durante o ano de dois mil e vinte e três, e que será candidatado no âmbito do “bolo” da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para se poder tão depressa quanto possível que haja enquadramento para avançar com a obra. Relativo ao cemitério disse estar a efetuar uma requalificação pequena, acima de tudo, no melhoramento das paredes, pintando-o também, referindo que estão a trabalhar na alteração do Plano de Urbanização para posteriormente se avançar com um projeto para o seu alargamento, com aquisição de terrenos, mas tudo a seu tempo. É uma vontade que está a avançar estando a precaver o futuro. Passando para o Parque Verde, referiu que também está dependente do Plano de Urbanização que já deu conta. Relativo ao alcatroamento do Chão da Serra, a Câmara Municipal já tem a cotação da estrada que a Juntas de Freguesia pediu. Irão efetuar outra reunião para perceber o que vai avançar, dizendo que são sempre valores muito exagerados nesta altura. Vive-se nesta altura tempos de facto, muito singulares, dando o exemplo que recebeu hoje cotação para uma estrada que não está alcatroada, com uma previsão de duzentos mil euros mais IVA, tornando-se assim muito difícil com valores daquela natureza trabalhar. São valores estimados, pelo que irão reunir e perceber quais é

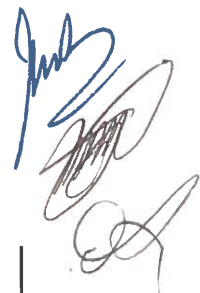


que são as prioridades para chegar a um entendimento, tal como disse na última Assembleia Municipal, que teriam alocado à volta de trezentos mil euros. Disse que em conversa com os Presidentes de Junta irão utilizar quase na totalidade esse valor no betuminoso, faltando escolher as estradas. Disse ainda que gostaria e queria muito que a verba permitisse fazer alguma coisa na melhoria da qualidade da Estrada do Chão da Serra, sabendo à partida que se pretende um projeto de qualidade, e que tenha passeios. Em relação à questão do Verão, disse que está a ser precavido atempadamente, dizendo que se está a preparar os procedimentos para os nadadores-salvadores. Deu conta também que irão inaugurar o novo Posto de Turismo em Ferreira do Zêzere no Centro da Vila, no centro do jardim e que será inaugurado se tudo correr bem, no dia treze de junho com a presença da Ministra da Coesão. Informou que pretendem fazer um investimento na Castanheira, nomeadamente acessibilidades ao cais e à piscina, sabendo que irá haver o Mundial de Wakeboard, no final de agosto, início de setembro, dizendo que terão de fazer o melhor possível com o orçamento que têm, para dar o máximo de dignidade à Vila de Ferreira do Zêzere. Entende que a Vila está mais bem cuidada e exige que fique melhor cuidada, tanto a Vila como as Zonas Ribeirinhas. Deu conta dos investimentos que irão fazer no futuro, e que vão começar ainda este ano, dando o exemplo de uma Caixa Multibanco que irá ser colocado em Dornes. Disse que têm de trabalhar um bocadinho mais a questão da animação, dando conta que como está patente na Prestação de Contas, e que no ano anterior tiveram um conjunto anormal ou não normal de eventos por força de uma candidatura que foram obrigados a executar naquele tempo. Sabe perfeitamente que para muitas pessoas pareceu exagerado, mas tiveram de executar aquele projeto, devido a pôr-se em causa a candidatura e o respetivo financiamento bem como também dos outros municípios.

Referiu que durante o ano de dois mil e vinte e três não irá acontecer tanto, dizendo que ainda bem pelo facto de as associações e as Juntas de Freguesias por força da saída da pandemia, pois estas têm um plano de atividades que considera aliciente. Referiu que o Concelho de Ferreira do Zêzere, tem um associativismo muito forte, tornando-se até difícil para si estar presente em tanto evento ao mesmo tempo, dizendo que é muito benéfico para o Concelho a força associativa bem como a interação, entre o Município, Juntas de Freguesias e Associações. Esclarecendo a Senhora Deputada Municipal Mónica Antunes, relativo à entrada da Vila já deu conta anteriormente, em relação à Bairrada/Bairradinha, referiu que o projeto está officiosamente aprovado, informando que irão colocá-lo na plataforma. Disse ser um projeto benéfico que não terá o impacto que muitas pessoas pensarão, referindo que antigamente era para ser feito em betão, mas entendeu-se que deveria ser feito de madeira. Deu conta que estava até para ter um pontão ou uma zona de caminhada maior, pelo que não será assim tão grande, dizendo que uma das grandes lacunas é a zona de estacionamento, dizendo que entrarão brevemente com uma negociação com os proprietários, devido a terem já a avaliação de totalidade dos terrenos, mas quer ter a certeza de que o projeto irá ser aprovado, para posteriormente avançarem para a situação do estacionamento. Mencionou que necessitam também de enquadrar o projeto em fundos comunitários ou eventualmente pedir financiamento. Referiu ainda que não poderiam arrancar com a obra na época balnear que se aproxima, pelo que se avançará até março ou abril do ano seguinte. Ainda sobre o assunto disse que terão de ter alguma compreensão, nomeadamente os moradores, GNR e o Município para não haver os problemas que tem havido. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Nuno Ramalho, relativo ao ambiente, mencionou que não tem a exatidão do investimento que é feito na manutenção das redes de água, relativo à colocação

Juntas de Freguesia. Necessita também que a população entenda os constrangimentos que têm, desde as pessoas, os trabalhadores que têm, a regulamentação, pelo facto de não poderem trabalhar muitas das vezes a partir das onze horas, e pelo facto de estarem com temperaturas recorde para a altura do ano que se está, o facto de chover muito e depois fazer temperaturas de trinta e poucos graus, causando um grande constrangimento. Como já referiu sem a delegação de competências e sem as Juntas de Freguesia, nunca se conseguirá ter o Concelho de Ferreira do Zêzere limpo na sua totalidade. Falando no vinte e cinco de abril e no dia treze de junho concorda plenamente com a ideia, dando conta que durante este ano de dois mil e vinte e três, quis fazer algo mais simples em relação ao treze de junho e que para o ano ao fazer os cinquenta anos do vinte e cinco de abril fará todo o sentido ter uma programação mais abrangente, com um momento solene concordando com tudo isso, pedindo que todos estejam o máximo presentes nas atividades do Município, pois necessitam de dar o exemplo, dizendo que não consegue estar em todo o lado ao mesmo tempo, percebendo que todos têm as suas vidas, mas pedindo que estejam em mais atividades e nas de maior relevo. Falando sobre a Ponte da Pombeira, deu conta que quando reuniu com as Infraestruturas de Portugal, relativo à EN 238, mencionando que já tinha referido na última Sessão da Assembleia Municipal, ficaram de enviar informação relativamente à intervenção da ponte e aos prazos, e que até à data ainda não enviaram qualquer elemento, dizendo que irá voltar a solicitar esses elementos, pois tinha solicitado que lhe fizessem o devido enquadramento do projeto, e que lhe tinham informado que os constrangimentos iriam ser só numa das vias, pelo que nunca se iria ter a ponte fechada, deixando-lhe um pouco mais descansado, e que irá continuar a pressionar, até por força da ligação que pretendem com a A13, e que dará notícias assim que as

de válvulas para evitar pressão, dizendo que existe um conjunto de melhoramentos que tem sido feito em Ferreira do Zêzere e que comparativamente a todos os outros cinco municípios, tem tido um investimento que considera equilibrado e justificável para a dimensão do Concelho de Ferreira do Zêzere. Deu conta de que tomaram a decisão de indicar à Tejo Ambiente que os próximos projetos de saneamento serão para Chãos, Avecasta, Almogadel, Pinheiros e Jamprestes, devido a quererem fazer investimentos naquela parte do Concelho estando a falar de um investimento na ordem dos dois milhões de euros. Referiu que sinalizaram aquelas obras, dizendo que parte do financiamento será da CIMT, querendo dizer que aos seis milhões de euros que têm até dois mil e vinte e oito, eventualmente até dois mil e trinta, irá retirar-se de lá cerca de um milhão de euros, para se avançar com as referidas obras, dando conta que da negociação que o Senhor Presidente da Câmara fez com a Tejo Ambiente, foi-lhe dito que haveria condições para em dois mil e vinte e quatro se arrancar com as obras, falando na ETAR que está feita já há alguns anos e que nunca foi colocada em funcionamento, por força de não ter havido mais investimento, esclarecendo ao Deputado Municipal Nuno Ramalho dizendo que é o possível. Disse ainda que investimento em saneamento é sempre investimento com valores enormes, mas o executivo está lá para dar esse sinal. E tudo o que é investimento no ciclo da água passa para as comunidades intermunicipais, ficando o compromisso do executivo. Deu conta que neste momento têm um projeto para o Chão da Serra, e que sendo um projeto mais pequeno irá ser revisto e com prioridade. Esclarecendo ao Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo em relação ao corte de ervas, disse que não a acontecer na sua totalidade do Concelho, dizendo que se continua a ter meios, a trabalhar, mas que não se consegue que estejam em todas as freguesias ao mesmo tempo, o que poderá causar problemas, dizendo que necessita de ajuda das



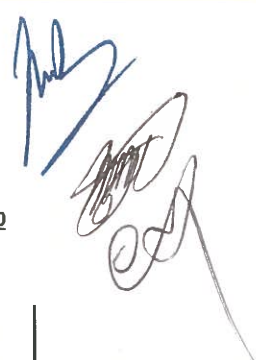
Zêzere, ninguém conhecido, mesmo conhecendo muita gente, o que lhe agradou, e que de facto estão a receber muitas pessoas. Referiu que teve a reunião com os responsáveis da Restauração para falar do Festival Gastronómico. Algumas pessoas questionaram o porquê de o Festival Gastronómico não ter durado um mês, dizendo que só conseguiram que os restaurantes estivessem abertos na sua totalidade, aqueles que quiseram integrar o respetivo Festival e que só se conseguiu um fim de semana e com cinco dias. Disse que o Festival não aconteceu por um período maior devido a que os restaurantes referem não ter capacidade de resposta a nível de recursos humanos pelo que têm de aceitar. Pediram, sensibilizaram, sabe que têm de ter maior oferta. Deu conta que já receberam o Relatório, havendo quem defenda que foi o melhor Festival de sempre, havendo quem defenda que deverá ser um mês. O Senhor Presidente da Câmara acha que chegaram longe dizendo que as redes sociais tiveram alcances que como nunca tinha acontecido, dizendo que tiveram outra panóplia de meios para comunicaram bem. Referiu que a televisão RTP esteve em Ferreira do Zêzere, que a SIC iria passar, pelo que está tudo a correr bem. Continuarão a pedir o empenho por parte da restauração, entendendo que tem de haver mais investimento por parte da restauração, e que vai haver algum, sendo um trabalho que terão de continuar a fazer. O Senhor Presidente percebe os restaurantes, dizendo que eles também têm de perceber, acreditando que eles percebem que o Executivo continua a fazer um conjunto de investimentos nomeadamente a nível cultural e desportivo, e que têm de ter o devido retorno e que os restaurantes têm de aproveitar. Passando para o assunto da avaliação, referiu que a Câmara não tem a responsabilidade direta na avaliação dos funcionários da escola, não querendo de todo condicionar essa avaliação, dizendo que estiveram completamente afastados dessa avaliação e num conjunto de responsabilidade que não são do Município, da



tiver. Falando no regulamento dos veículos/máquinas disse que poderia fazer chegar essa listagem. Informou que vão adquirir pelo menos um autocarro de trinta e quatro lugares, e estando a pensar se irão adquirir mais uma carrinha de menor dimensão que aloque menos pessoas, dando conta que estão a fazer uma gestão que consideram equilibrada relativamente aos transportes. Referiu que o Município, tem dois autocarros que já não podem transportar mais crianças, estando a perceber o que poderão fazer. Disse que têm dado transportes o máximo que podem com todos os constrangimentos que isso pode trazer, mas que têm tido uma política diferente relativamente a essa situação sendo que a gestão dos meios terá de ser nessa ótica. Referiu que vão vender alguns veículos, dando conta que têm alguns no parque de máquinas que irão colocar em hasta pública, devido a não fazer sentido estarem parados, estando essa gestão a ser feita, havendo notícias brevemente. Em relação aos espaços de jogos e recreio, não diz que a totalidade deles tenham seguro, referindo que alguns Polidesportivos estão alocados às Juntas de Freguesia, mas está muito seguro de que todos eles cumprem com a regras, estando sujeitos às devidas inspeções, estando muito sereno pois é as informações que o responsável, tem dado e que é nesse sentido. Falou no regulamento do Pavilhão, dizendo que as coisas têm estado a funcionar bem e que a Proteção Civil e Segurança e Higiene no Trabalho que julga estar muito à frente de muitos Municípios, congratulando-se sempre por um trabalho que vem de trás. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Carlos Salgado, começou por dizer em relação ao Cemitério já deu conta anteriormente, mencionando que a pasta está com o Senhor Vereador Dr. Orlando Patrício, dizendo apenas que gostaria de alargar o atual e ter outro cemitério, dizendo que não dá para fazer tudo. Em relação aos turistas deu conta que no presente dia jantaram num restaurante, e em que da totalidade das mesas não viu ninguém de Ferreira do

mesma forma que as avaliações que as chefias fizeram dentro do Município, também o Senhor Presidente da Câmara não as alterou, e mencionando que não as irá alterar, sendo uma questão de princípio. O Senhor Presidente da Câmara deu conta que irão ter uma alteração de luminárias de setecentos e quarenta e sete no Concelho, irão ter por parte da e-Redes um investimento de cerca de seiscentos e quarenta e dois mil euros para dois mil e vinte e três, em que iriam ser feitas alterações a quase três equipamentos de medição, com uma taxa de implementação quase a cem por cento, com quatro novos postes de transformação, três intervenções em postes de transformação, nove intervenções em redes de baixa tensão. Deu conta que têm dificuldade em resolver a questão dos focos de luz, nomeadamente da sua ligação, estando a trabalhar nesse sentido até com contatos diferentes para se conseguir acelerar. Referiu também algumas obras que irão avançar para se perceber que estão a trabalhar, nomeadamente na estratégia, naquilo que é a identificação das obras financiadas. Deu conta que chegaram ao final da discussão com a CIMT, dizendo que os avisos sairão em setembro, outubro, segundo informação transmitida. Referiu que avançaram para um aviso condicionado com a Rua Fonte de Ferreira e a Rua de S. Miguel onde tiveram um apoio financeiro de quatrocentos e quarenta e nove mil euros, que já foi no atual mandato, e que já estava previsto poder-se conseguir, conseguindo-se efetivamente. Em relação ao projeto da escola, e olhando para o custo padrão de quase onze milhões de euros como já têm dado conta, o apoio financeiro será de nove milhões e duzentos e setenta e seis mil euros, dando para perceber que a Câmara irá ter de fazer um esforço adicional onde têm de estar preparados para efetuar esse esforço, e tomar decisões nomeadamente em não avançar para outras situações. Em relação a Dornes informou que irão avançar nos próximos meses com a requalificação da Torre bem como com a colocação de tudo

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several initials below it.



aquilo que é infraestruturas elétricas no subsolo e luminárias. Disse que estão há um ano e meio para que o projeto possa avançar e estando na fase final, e sendo um projeto que vem de trás, deu conta das dificuldades que está a sentir em um ano e meio para que as coisas aconteçam e que agora finalmente é que vão acontecer, falando de um valor de cento e sessenta e oito mil euros, com uma candidatura também apoiada. Só de infraestruturas elétricas são à volta de quatrocentos mil euros a quinhentos mil euros e que ainda não há enquadramento financeiro, pelo que irão avançar com o projeto sendo a vontade do executivo e ter esperança depois para que possa vir a ser participado. Referiu que irão investir ali cerca de um milhão de euros. Têm um projeto de cerca de cem mil euros dirigido para a Rota dos Templários onde vai ser colocado uma torre com uma projeção na torre para dar conta daquilo que é os Templários, bem como de uma das lendas de Dornes com um investimento de mil euros que está a ser tratado e trabalhado com a CIMT. Informou que estão à espera que saia o aviso dos quatrocentos e cinco mil euros para o Centro de Saúde, e tão depressa que saia é avançar com a obra e tratar dos procedimentos. Na estratégia local de habitação, e no seguimento da apresentação que foi feita e no valor de dois milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil euros, dando conta que estão integrados numa candidatura que será intermunicipal com a CIMT e a entidade IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, onde irão alocar mais habitação para rendas acessíveis, onde irá ser feito um trabalho ainda de análise às famílias, dizendo que está tudo a correr bem. Em relação ao Centro Cultural Alfredo Keil e o Cine-Teatro Ivone Silva, falou em trezentos mil euros de investimento, dizendo que ainda não saiu o aviso para poderem avançar, mencionando que já têm tudo orçamentado, estando a aguardar. Relativo ao albergue dos peregrinos e como já tinha referido, deu conta que já têm quinze mil euros a mais em relação a

trabalhos adicionais. No que toca ao Posto de Turismo de Ferreira do Zêzere, será um valor pago pelo apoio da fundação EDP, dizendo que todos os anos têm uma verba que ronda os cinquenta mil euros, onde alocam sempre a alguma coisa que faça sentido e na ótica de que a fundação pretende. Terminou com os projetos que incorporaram no plano de ação dos investimentos territoriais integrados na CIMT, nomeadamente a Requalificação da Rua António José Soeiro e Silva, projeto em laboração, a criação de rua e bolsas de estacionamento e zona envolvente ao cemitério, a requalificação da Rua Eduardo Mota, que continua ainda em construção. A questão do Estádio Municipal, com a criação de ginásio e parque de estacionamento e requalificação de infraestruturas. A requalificação da Zona Industrial das Lameiras. O edifício dos serviços que têm um valor de duzentos e doze mil euros, onde também se irá avançar. A requalificação da praia fluvial da Bairrada/Bairradinha, as redes de esgotos que já tinha mencionado. Chãos, Avecasta, Almogadel, Pinheiros e Jamprestes, que já tinha falado anteriormente, bem como a Requalificação do Pavilhão Municipal. São um conjunto de ITI's (Investimentos Territoriais Integrados), que pretendem rapidamente poder avançar, mas necessitam que o tempo assim o permita. Pediu desculpa pelo tempo tomado, esclarecendo que gosta que fiquem devidamente esclarecidos e que percebam que o executivo está a trabalhar para isso por mais que não consigam começar com obras visíveis, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a enriquecedora troca de informações entre o Presidente da Câmara e os membros da Assembleia Municipal, aproveitando para invocar o artigo vigésimo quinto que menciona o número e duração das sessões, no ponto três que menciona que *“as reuniões poderão ser prolongadas, quando haja matéria que o justifique, sob proposta da Mesa, por um*

*período de até sessenta minutos*”, questionando os Senhores Deputados se não se opunham aquela situação, o que não aconteceu, prosseguindo assim com a respetiva sessão. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**


**1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo no uso da palavra, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara se fosse possível na informação do ponto em apreço, se poderiam indo informando, a administração direta, os serviços municipais, ou seja, o pessoal que anda na rua, pensando que seria muito importante para todos os membros da Assembleia Municipal terem uma noção do que vai sendo feito de uma forma muito generalizada e não muito exaustivo. Relativamente ao Desporto deu os parabéns da parte do Hidrosenior que está a ter bastante sucesso e que é uma atividade essencial. Deu também os parabéns ao retomar da atividade Festival do Lagostim, pois parece-lhe que se está a ter sucesso, dizendo que por vezes é necessário perceber que o caminho não estando certo, tem de se voltar atrás, dando-lhe os parabéns. Relativo à cultura e ao desporto, solicitava se possível no mês de abril, em que havia uma programação muita gira, ficando-se depois por ali, pelo que deveria haver uma continuidade da programação, dando conta que na parte da cultura vão tendo acesso à programação que acontece nos vários dias, nos fins de semana, e que relativamente ao desporto, e dando a sua opinião, pensa que seria bom para todos terem conhecimentos quais as atividades que estejam mais relacionadas com o Município, ou seja pretendiam o agendamento das atividades, pelo que ainda

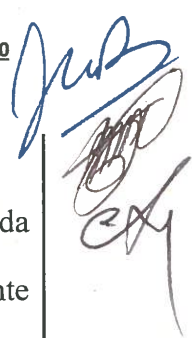


não recebeu qualquer feed-back, ao que o Senhor Presidente da Câmara referiu que não sabe se já foi publicado nas redes sociais, mas informou que a revista física já está distribuída. O Senhor Deputado Municipal continuou e falando na situação financeira disse que já vão com um saldo de dois milhões e seiscentos mil euros, segundo entendeu da informação, dizendo que podem continuar assim e que vão pelo caminho certo, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo o Senhor Deputado Filipe Figueiredo, disse que em relação ao relatório dos trabalhos acha muito bem que se faça, dando conta que já tinha solicitado um conjunto de informação que não tinha anteriormente e que também deu conta de que irá haver um conjunto de alterações, nomeadamente à gestão de trabalhos, e que fazendo parte da gestão diária, sente necessidade dessa situação e que também o podem fazer. Em relação ao Festival do Lagostim, referiu que o executivo sempre teve uma opinião de que para o Concelho de Ferreira do Zêzere se diferenciar e para ter relevo a nível nacional em relação à gastronomia teriam de apostar num conjunto de produtos que não fossem repetidos e que fosse a marca de Ferreira do Zêzere. Disse que no ano anterior entenderam fazer metade do caminho, achando engraçada a crítica que foi surgindo. Mencionou que quando os maiores os problemas do Concelho forem um Festival Gastronómico, o Senhor Presidente da Câmara andar­á feliz. Referiu que aquilo que o executivo achou foi em pegarem no Festival Gastronómico e nos dois produtos que de facto dão qualidade e tem muita qualidade, e gastarem todas as fichas que estavam orçamentadas para os festivais e com essa situação pretendem a exemplo do que é o Leitão da Bairrada, daquilo que é a Sopa da Pedra em Almeirim, e aquilo que é a Chanfana em Miranda do Corvo, pretendem ser o local do Lagostim e peixe do rio, afirmando que têm as águas mais límpidas do mundo, querendo efetuar esse



caminho, achando que correu bem para a primeira vez, devido a investirem fortemente e que teve o retorno que entendia que teria e que será feito sempre esse caminho. Relativamente aos outros disse que não está nos horizontes do Município retomar a totalidade, eventualmente retomarão mais um, não sabendo ainda se em forma de festival, e que dirá com certeza aos restaurantes. Referiu que reuniu com as associações na semana que passou, dizendo que as políticas são conciliadas, dando o exemplo que se o restaurante quiser ter este festival ou outro, e se a maioria das pessoas entenderem que isso têm de acontecer, e se se pode dar valor far-se-á, dando conta que das reuniões que têm tido não têm sentido essa necessidade. Gostaria muito de aumentar os dias do Festival Gastronómico do Lagostim, mas está dependente da vontade e da capacidade de resposta dos restaurantes. Disse que não lhe custa nada assumir erros, dando continuidade a projetos anteriores, pedindo aos Senhores Deputados que permita arriscar, pois muitas das vezes corre bem, não correndo sempre mal, e estão lá para fazerem os devidos acertos. Em relação ao agendamento disse que se ainda não está nas redes sociais, deverá para breve, dando conta que já foi publicitado. Deu conta do espetáculo com Fernando Mendes, e que aproveitou, convidando os presentes dizendo que o evento será no sábado que vem, e que decorre naquilo que é a política de ter um conjunto de eventos para que os ferreirense possam ir e não tenham que deslocar para um grande centro para assistir, sempre com conta, peso e medida, dizendo que há muitas pessoas que acham que estão a gastar muito dinheiro com cultura, mas que este ano serão muito mais moderados. Disse que pretendem um Concelho virado para o turismo e que para isso têm de ter oferta cultural, lembrando que inauguraram uma exposição no dia vinte e cinco de abril, pedindo que possam visitar e que têm muita qualidade e que a Câmara Municipal com muito pouco investimento, conseguem ter um espaço muito



digno, significando muito ao Concelho de Ferreira do Zêzere, por força também da parceria com o Diários Estúdio. Relativo à situação financeira, o Senhor Presidente queria ter muito menos, pois o atual executivo pretende fazer obra, e só não o faz por força de várias condicionantes, sendo certo que continuarão a pagar a zero dias, dizendo que as coisas estão a correr bem, e que no atual mandato terão mais pedidos de empréstimo. De todas as obras que mencionou pretendem fazê-las todas no atual mandato, pretendendo que o valor diminua, pois é sinal de que as obras estão a ser executadas, havendo constrangimentos que não dependem da Câmara Municipal, esperando que no futuro, fazer com que essa execução seja mais rápida, sendo até para precaver um conjunto de questões que a seu tempo não foram precavidadas. Deu conta também do empréstimo que tinham pedido de um milhão e novecentos mil euros e que por força de se ter pagado a obra quase na sua totalidade restou cerca de setecentos mil euros e que já está avisado pelo Tribunal de Contas. Referiu que até já reuniu com o Presidente do Tribunal de Contas junto o Senhor Vereador Dr. Orlando ficando bastante agradado, dizendo que acaba por ser a quinta figura do estado, e que teve uma reunião que considerou a desmitificação daquilo que às vezes se considera serem entidades fechadas, ficando boas recordações para o resto da vida, pois esperava uma reunião mais formal e foi uma reunião de aconselhamento bem como de clarificação, relativo áquilo que é o papel do Tribunal de Contas terminando assim os seus esclarecimentos. -----

O documento foi devidamente apreciado. -----

**2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção das taxas devidas no âmbito do processo de "Reconstrução e Ampliação de uma Construção Rural para Espaço Museológico da Cerâmica e da Serração de Madeiras" da Junta de Freguesia de Águas Belas.** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, aprovar a isenção das taxas devidas no âmbito do processo de "Reconstrução e Ampliação de uma Construção Rural para Espaço Museológico da Cerâmica e da Serração de Madeiras" da Junta de Freguesia de Águas Belas. -----

**3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----**

**a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Manuel António Dias Ferreira nº 22, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Colocação de sinal de trânsito, na Rua Manuel António Dias Ferreira nº 22, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

**b) Colocação de sinal de trânsito, nos estacionamento junto ao Pavilhão Municipal, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, nos estacionamento junto ao Pavilhão Municipal, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Ivone Silva, na Rua Durval Rosário Marcelino e na Rua de S. Guilherme, sito no lugar Salão de Cima, no lugar Salão de Baixo e no lugar de Casal da Mata respetivamente; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Rua Ivone Silva, na Rua Durval Rosário Marcelino e na Rua de S. Guilherme, sito no lugar Salão de Cima, no lugar Salão de Baixo e no lugar de Casal da Mata respetivamente. -----

**4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para transferência da gestão do ancoradouro de Dornes para o Município de Ferreira do Zêzere. --**

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que teve uma conversa com a Junta de Freguesia e com o Senhor Presidente Manuel Nunes, e entendeu-se que deveria ser a Câmara Municipal a fazer a gestão do ancoradouro, no sentido de ordenar, bem como ter um conjunto de cais que pudesse ter a mesma regulamentação, ter o mesmo valor e mais valias, achando que têm de aproveitar mais o rio. Têm que dar melhores condições aos agentes económicos e também a quem nos visita, e não se ter ganhos e ter-se só despesas com aquele cais de embarcação, irão assim assumir a gestão do cais, irão efetuar os devidos melhoramentos, e regulamentação específica, devido a ter-se neste momento um conjunto de normas que é pouco, e com isso ter um ganho financeiro, que terá de ser investido no sítio certo, terminando assim a sua intervenção com alguns esclarecimentos adicionais. -----



Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, aprovar a transferência da gestão do ancoradouro de Dornes para o Município de Ferreira do Zêzere. -----

**5. Apreciação e votação à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal, Caraterização dos Postos de Trabalho e Competências para o ano de 2023, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ---**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal, Caraterização dos Postos de Trabalho e Competências para o ano de 2023. -----

**6. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2022 do Município de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor, do Partido Socialista, zero votos contra, e sete abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2022 do Município de Ferreira do Zêzere. -----

**7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere. -----**

O Senhor Presidente da Assembleia fez uma breve introdução sobre o ponto em apreço, para seguir para votação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, quis dar conta de que o Centro de Coordenação Operacional Municipal, já está em exercício e que são dos dois únicos Concelhos do Médio Tejo que já tem este conceito que é operacional e a funcionar, querendo agradecer o trabalho ao Coordenador Municipal, do gabinete florestal bem como dos Presidentes de Junta de Freguesia que tem mais uma comissão que reúne bastantes vezes, sendo um esforço grande, e faz todo o sentido pois é um órgão mais operacional e não político, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere.

**8. Apreciação e votação da versão final do Regulamento de Condecorações Municipais, em cumprimento da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quis neste ponto em apreço, manifestar publicamente o seu regozijo, pelo facto, do Concelho de Ferreira do Zêzere passar a ter um regulamento que dignifica os seus cidadãos quando eles merecem as honrarias que lhe são devidas. -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, no uso da palavra, quis colocar uma dúvida, não sabendo se foi falha de alguém ou impressão do regulamento, mas que em nada é contra, dizendo que no artigo dezasseis no número três, o mesmo não está articulado com o nove, explicando que daquilo que interpretou, admitindo que possa estar enganado que a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a Medalha de Honra, mas ao contrário já não acontece, ou seja se por algum motivo depois quiserem retirar a Medalha de Honra, não vêm à Assembleia Municipal, não

lhe parecendo que esteja correto, e que em relação ao resto não existe mais nada, querendo só confirmar essa situação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o respetivo artigo nove que diz “a medalha de Honra do Município será atribuída por deliberação do Órgão Deliberativo, Assembleia Municipal, sob proposta fundamentada pelo Órgão Executivo – Câmara Municipal”, lendo depois no artigo dezasseis, um d) que diz, “a perda do direito nos termos da alínea d), em momento posterior ao da sua condecoração, hajam proferido intervenções públicas, que lesem o bom nome do Concelho de Ferreira do Zêzere, através de palavras ou atos considerados impróprios”, lendo de seguida leu o ponto 3, “A perda do direito nos termos da alínea d) depende da deliberação da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, sendo notificada ao agraciado através de carta registada com aviso de receção”. O Executivo após o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ler os pontos tidos para pedido de esclarecimento, reuniram para conferenciar. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o regulamento em apreço teve a consonância total dos vereadores e da Câmara Municipal, em que foi aprovada a totalidade das propostas apresentadas. Nem sempre estão de acordo, mas nesta situação estiveram, pelo que tiveram o devido cuidado dada a importância do regulamento, e para que fosse o melhor possível e o mais conciliador. O que lhe parece é que está a falar-se no artigo nono da Medalha de Honra do Município e no outro artigo da totalidade das medalhas. O Senhor Presidente da Câmara solicitou aos membros da Assembleia Municipal que o mesmo fosse aprovado devido a necessitarem dele no dia treze de junho, e para que ele fosse devidamente publicado em Diário da República. Mencionou ainda o descrito no artigo vigésimo sexto, com o nome Interpretação e preenchimento de lacunas, onde diz “Sem prejuízo da legislação aplicável, a

*interpretação e a integração dos casos omissos ao presente regulamento é resolvida mediante deliberação da Câmara Municipal”, assumindo junto com os restantes vereadores o compromisso de que caso haja necessidade de retirar a alguém a Medalha de Honra, ou a alguma entidade, pelo que se delibere no sentido de trazer essa proposta à Assembleia Municipal, questionando os presentes se poderiam fazê-lo assim. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra e no seguimento do pedido do Senhor Presidente da Câmara disse que sob compromisso de honra, far-se-ia daquela forma. -----*

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, em cumprimento da alínea g) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a versão final do Regulamento de Condecorações Municipais. -----

**9. Apreciação e votação da versão final do Regulamento do Estatuto do Provedor do Múncipe do Concelho de Ferreira do Zêzere, em cumprimento da alínea g) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quis neste ponto em apreço, manifestar publicamente o seu regozijo, pelo facto, do Concelho de Ferreira do Zêzere passar a ter um regulamento que preveja e institua a figura do Provedor do Múncipe, muito importante para os Múncipes e para os Municípios. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu conta que não tem nenhum nome escolhido para Provedor do Múncipe, dando a hipótese aos membros da Assembleia contribuírem com a sua opinião e fazer chegar alguns nomes para essa escolha. Disse que a partir da publicação irão fazer essa proposta.

Deu conta que calhou ao Senhor Presidente da Câmara tratar daquele regulamento

em apreço, com maior cuidado. Referiu que leu um conjunto de regulamento por todo o país, mencionando que alguns davam muito poder ao Presidente da Câmara, em que o Provedor não poderia fazer nada, não podia consultar nada, sem a permissão do Presidente da Câmara e outros davam muito poder ao Provedor do Município. Aquilo que tentou e que depois levou a reunião de Câmara e que foi discutido foi terem um regulamento que seja equilibrado, nem que o Presidente da Câmara tenha muito poder, nem que o Provedor do Município tenha muito poder. Tiveram o devido cuidado, pelo que lhe parece, que está um regulamento bem feito, esperando que tenha o devido reflexo naquilo que é papel do Provedor do Município e com toda a sinceridade gostaria que ele não tivesse trabalho e que era bom sinal. Disse que nem sempre conseguem clarificar e resolver as situações, e muitas delas querem resolvê-las, mas não tem solução, mas que muitas vezes os munícipes entendem que têm de encontrar uma solução para a totalidade dos problemas e que nem sempre é possível, infelizmente, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em minuta, em cumprimento da alínea g) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a versão final do Regulamento do Estatuto do Provedor do Município do Concelho de Ferreira do Zêzere. -----

**10. Apreciação e votação da versão final do Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Editorial, em cumprimento da alínea g) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, no uso da palavra, começou por dizer que o regulamento em apreço nada tem contra a sua essência, mas que peca por pouco. Disse que está muito dedicada a livros, e que a parte de vídeo de fotografia ficou completamente esquecida em relação ao regulamento. Referiu que



O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra pensou que a intervenção fosse no sentido de que este regulamento tinha um balizamento muito claro relativamente à questão de ser um livro de literatura, mas do regulamento não entende que assim seja. Referiu que o regulamento em apreço é para poder decidir com maior justiça e com maior equilíbrio para que não acusem a Câmara Municipal de ser beneméritos para com esta entidade, ou para esta pessoa independente e outras. -----

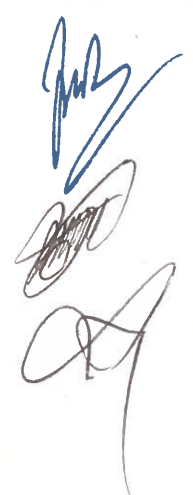
Após algum debate chegou-se à conclusão que se poderia melhorar o regulamento, pelo que o ponto em análise foi retirado do Período da Ordem do Dia. -----

**11. Para conhecimento da Prestação de Contas de 2022 da Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. -----**

O Senhor Vereador Orlando Patrício, no uso da palavra, e falando da Prestação de Contas da Resitejo, dizendo que é uma empresa de tratamento dos lixos dos dez Municípios que atualmente constituem a empresa, referindo que todo o seu património foi transferido para RSTJ, na sua constituição e neste momento a Prestação de Contas é zero, devido a não ter qualquer tipo de movimento. E uma das questões que tem sido levantadas nas Assembleias Gerais Anuais que são feitas da Resitejo, por parte dos membros dos associados, prende-se com a questão de dívidas fiscais, ou seja existem diferendos com o fisco, e esses diferendos têm vindo sempre nos últimos anos a ser pagos e suportados, esclarecidos e pagos pela RSTJ, devido a Resitejo não ter nada, pelo que terá de ser sempre a RSJT a suportar tudo sendo a mesma que recebe tudo o que é da Resitejo e que neste momento só não está extinta ainda porque ainda existe um diferendo com a Repartição das Finanças da Chamusca, pelo fato de haver uma isenção do IUC de todas as viaturas. Deu conta de que essa isenção, e em que havia um documento, documento esse de parecer das Finanças que dava isenção à Resitejo e que agora houve entendimento por parte da

existem outros regulamentos, e pensa que o regulamento em apreço não deveria passar nesse sentido e não que esteja contra o regulamento em si, mas que devia ser valorizado, devia ser melhorado. Aconselharia a ver pelo menos o regulamento da Câmara Municipal de Coruche que tem algumas adendas que pensa serem a considerar e a introduzir, colocando uma questão que lhe suscitou algumas dúvidas. Referiu que se tiverem um livro de Antropologia ou Literatura Clássica e por aquilo que viu e analisou, a Comissão que analisa os projetos será o Senhor Presidente, a Senhora Vereadora e o Chefe de Divisão. Mas que depois fica ali um especialista que fica em aberto, questionando como é que essa comissão com esse especialista consegue ser tão abrangente em todas as áreas, custando-lhe acreditar que as pessoas possam ter uma abrangência tão grande, sendo que se sabe, que essa situação tem um efeito muito político, pelo que não será uma análise muito técnica, mas que em termos gerais se for um livro muito interessante do Concelho de Ferreira do Zêzere, mas em fotografia não conseguem aprovar, devido ao regulamento não o permitir, ao que o Senhor Presidente da Câmara questionou se deveriam ter sempre um elemento de reconhecido mérito relativamente à temática apresentada. Ao que o Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, questiona se vale a pena aprovar o regulamento nesta fase, e com os custos que tem com a aprovação do regulamento, se não deveriam incorporar essa parte da fotografia, do vídeo. Parece-lhe que nos dias de hoje não faz muito sentido, pelo que nos anos setenta talvez, mas atualmente fica um bocadinho aquém, terminando assim a sua intervenção. -----

A Vereadora Ana Elisabete Ferreira, no uso da palavra, esclareceu que pode haver várias equipas com especialistas nas diversas áreas, terminando assim a sua intervenção. -----



338.746,68€ e que sendo a participação do município de 10%, tal corresponderia ao valor de 33.874,67€ a quantia correspondente à reposição do equilíbrio financeiro de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. O valor referido de 338.746,68€ é na verdade o resultado líquido do exercício, após as depreciações, juros e gastos similares e impostos. Acontece que na elaboração daquela informação, que se pretendia que fosse a conhecimento da Assembleia antes da efetiva transferência de valor, o que ocorrerá nos termos legais no decorrer do mês de maio, não foi devidamente tido em consideração os termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei n.º 50/2012, de consta “Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios.....”. Ora o valor que deveria ter sido considerado para o cálculo do equilíbrio financeiro devido nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) era o resultado de -408.183,25€ (resultado antes de impostos), pelo que o valor a repor será de 40.818,32€ e não o valor referido na informação anterior. Tendo esta imprecisão apenas sido detetada no final do dia 26 de abril, não foi possível a sua devida correção em sede de Reunião de Câmara, pese embora esta comunicação tenha já sido feita ao executivo municipal na reunião de câmara de 27.04.2023 e impossibilitou igualmente a retificação da comunicação feita à Assembleia Municipal. Nestes termos submete-se ao digníssimo Presidente da Assembleia Municipal a eventual submissão para retificação do conhecimento subjacente à informação constante do ponto 12 da ordem de trabalhos ou se os Senhores Deputados assim o entenderem a sua retirada da ordem do dia, para que possa ser submetida posteriormente, já com a devida retificação”.

O Senhor Presidente da Assembleia fala de uma justificação perfeitamente plausível e

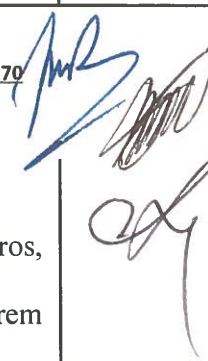
21	111
Livro	Folhas

Repartição de Finanças de que essa isenção não era possível e que não estava legalmente bem atribuída, e por isso foi solicitado à Resitejo dos últimos quatro anos, que fosse pago os impostos todos relativos ao IUC de todas as viaturas da Resitejo. A RSTJ procedeu a esse pagamento, mas disse que, o que não se compreende é que situação está a dificultar a extinção da empresa. E a Repartição de Finanças veio aplicar uma coima por cada veículo e por cada ano, pelo que não se compreende essa situação, pois havia um documento que dizia que dava a isenção. Esse documento foi retirado e que como não pagaram, pagam agora também a coima que anda à volta dos quatro mil euros e que se está em discussão e que se reclamou junto da Repartição das Finanças, resumindo que a Resitejo não tem qualquer tipo de movimento, pois agora é tudo feito através da RSTJ, terminando assim a sua intervenção. -----

Tomaram conhecimento. -----

**12. Para conhecimento da Prestação de Contas de 2022 da RSTJ-Gestão e Tratamento de Resíduos E.I.M., S.A.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, começou por referir que reuniu previamente com os líderes de bancada acerca de uma pequena alteração no documento deste ponto da ordem de trabalhos, sendo o documento praticamente igual, menos uma parcela que tem de ser alterada e que passou a ler na íntegra o ofício que foi enviado para a Assembleia Municipal: ” *Na Ordem de Trabalhos, no ponto 12. – Para conhecimento da Prestação de Contas de 2022 da RSTJ-Gestão e Tratamento de Resíduos E.I.M., S.A., tem presente uma certidão da deliberação em Câmara Municipal, uma informação do Vereador Orlando Patrício e um relatório com despacho que contém uma imprecisão, uma vez que na análise à prestação de contas da RSTJ é realçado o resultado negativo no valor de*



de uma diferença que resulta de uma imposição devido aos impostos de sete mil euros, não vendo um obstáculo pela diferença que é, e para que os Senhores pudessem terem conhecimento daquela situação. -----

Tomaram conhecimento. -----

**13. Para conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento 2023 da Tejo Ambiente.** -----

O Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral, no uso da palavra, começou por dizer segundo a análise que fez, que ficou com a ideia de que o Plano de Atividades da Tejo Ambiente para o próximo ano não tem previstos grandes investimentos ou mesmo nenhuns para o Concelho de Ferreira do Zêzere, admite que possa ter visto mal, mas ficou com essa sensação. Referiu que se tem falado muito na questão do saneamento e da sua importância, mas que existe outra situação que o preocupa dizendo que é a Rede de Abastecimento de Água. Deu conta que está a chegar a altura mais complicada do ano, em que algumas localidades passam dias consecutivos sem água, e continua a ver que não há previsão de investimento para a requalificação das condutas de água. Deu o exemplo de que em Areias na Rua Principal, e a Rua das Escolas parece uma manta de retalhos, pois todos os dias existe uma rotura, em vários sítios, e quando se anda um pouco por todo o lado vê-se um bocado disto tudo, preocupa-o bastante esta situação devido a haver roturas após roturas consecutivas, parecendo-lhe que não há previsão de investimento, o que pelo menos é o que apresenta o Plano de Atividades e Orçamento que está em análise, não sabendo se haverá também no futuro, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por referir que parte do investimento ainda é a finalização do investimento que está a ser feito no Concelho. Deu conta que naquela altura ainda não se tinha a certeza absoluta



relativamente à questão do financiamento para as obras de saneamento. Referiu que se não houvesse financiamento para o ciclo da água, não fazia sentido existir, ficando refém de todo o seu intuito, porque não seria uma empresa que não tinha condições de investimento, não tinha condições para melhorar o seu trabalho para ter resultados melhores. Referiu que naquela altura não tinham essa certeza, pelo que tentaram até à última e os Municípios tentaram que o investimento em saneamento viesse da CCDR, e que não fosse retirado ao valor da CIMT. Deu conta de que se entendeu até que o Plano de Investimento dos Municípios ou as vontades políticas para o investimento do “bolo” da CIMT que são cerca de seis milhões, entendeu-se no início não alocar verba para o ciclo da água, tanto para o saneamento e também para a requalificação das condutas de água. E que a dada altura, perceberam pelo Ministério da Coesão que teriam mesmo que alocar a verba e que internamente tiveram que fazer escolhas relativamente ao investimento futuro e que só no último mês é que Tejo Ambiente, E.I.M., S.A., teve a perceção daquilo que se quer nos investimentos possíveis e reais para o ano de dois mil e vinte e três e seguinte. Referiu que é muito difícil fazer uma contabilização daquilo que são os investimentos naquela área, achando que é tudo muito volátil. Disse que poderá dar conta com maior exatidão daquilo que irão ser os investimentos em todas as áreas no Concelho de Ferreira do Zêzere e de forma mais pormenorizada. Não está descontente com o investimento que irá ser feito no Concelho de Ferreira do Zêzere, achando que o trabalho está a ser bem feito, referindo que a empresa já deu lucro, comprometendo-se também a fazer esse trabalho com maior exatidão. Mencionou que vai haver trabalho de requalificação das condutas, está a haver trabalho a nível de pressão da água, e que essencialmente os grandes problemas dizem respeito com a regularização da pressão, com a colocação das válvulas de pressão, e que disseram

ao Senhor Presidente da Câmara para estar descansado, mas referiu que fará na próxima Assembleia uma apresentação mais cuidada relativa aos investimentos que estão previstos para o presente ano em Ferreira do Zêzere para com isso retirar todas as dúvidas. Informou também que a Tejo Ambiente esta sempre num confronto com a Entidade Reguladora no sentido de também fazer valer dos seus direitos, e que a própria empresa continua a atravessar um caminho de aumento de qualidade, aumento de recursos humanos, da organização interna, parecendo-lhe que estão a fazer um bom caminho, mas que também têm um conjunto de vicissitudes difíceis. Referiu que efetivamente existem zonas com perdas de água abismais e onde têm que se fazer investimentos de seis, a nove milhões, para evitar perdas a rondar os setecentos, oitocentos mil euros por ano e que quando uma empresa tem estes desafios a gestão de uma empresa com aquela dimensão não é de todo fácil. Chegou-se a um tempo que se torna muito difícil conseguir fazer todo o investimento que não foi feito nas últimas duas décadas. E que daí ter-se a empresa intermunicipal para se ter melhores resultados, com uma visão estratégica mais definida e que possa ser executada, ficando assim o seu compromisso de trazer os valores com maior exatidão relativo aos investimentos em Ferreira do Zêzere, terminando assim os seus esclarecimentos e intervenção. -----

**14. Para conhecimento da proposta da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para a constituição da EIVL - Equipa para a Igualdade na Vida Local. -**

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

**15. Compromissos Plurianuais: -----**

**15a) Para conhecimento dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----**

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

**16. Informação acerca do Processo relativo à Freguesia de Pias. -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, informou que na sessão presente serão mencionadas as informações finais antes de trazer a respetiva documentação para se propor uma votação, trazendo a documentação e respetivo processo tratado ao longo das Assembleias Municipais anteriores. Começou por referir que na terceira sessão extraordinária de Assembleia de Freguesia realizada em doze de abril, na Assembleia de Freguesia de Águas Belas e que passou a ler na íntegra a deliberação que foi tomada nessa sessão, *“A Assembleia de Freguesia de Águas Belas, expressamente convocada de acordo com o n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, reunida a 12 de abril de 2023, na sede da Junta de Freguesia de Águas Belas, deliberou por unanimidade, não aceitar a desagregação territorial e administrativa do antigo território da Freguesia de Pias, e incluído nesta freguesia, aquando da aplicação da agregação resultante da Lei n.º 11-A/2013, que deu origem à atual União de Freguesias de Areias e Pias”*. Informou que o documento lido passa a fazer parte do processo. Continuou dizendo que na última Sessão de Assembleia e tendo-se levantado uma dúvida e que unanimemente, colocou-se a dúvida à ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, em que se punha a questão de como se definiria a maioria em relação aos votos, se eram os votos presentes, se eram os elementos da totalidade da Assembleia da Freguesia, em que a ANAFRE vem esclarecer que é o voto de maioria dos elementos presentes na

Assembleia de Freguesia, tornando juridicamente válida a decisão tomada pela Assembleia da União das Freguesias de Areias e Pias. Torna também juridicamente válida a decisão tomada na Assembleia de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, havendo ainda outra situação que se prende com aqueles dois pareceres diferentes, dizendo que a Lei foi publicada a vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, sendo a Lei que está em apreciação, e que é a Lei trinta e nove de dois mil e vinte e um, passando a ler uma informação que foi enviada para os Presidentes das Assembleias Municipais por parte da Assembleia da República, informação essa que esteve na Comunicação Social e que foi emitida a vinte e um de março de dois mil e vinte e três e que passou a ler na íntegra: *“O grupo de trabalho parlamentar responsável pela análise dos pedidos de desagregação de freguesias apenas analisa os pedidos de reversão da reforma administrativa de 2013 que respeitaram o prazo de entrada no parlamento até 21 de dezembro de 2022. Segundo o deputado Pedro Cegonho (PS), que preside ao grupo, a lei aprovada na Assembleia da República para a criação e extinção de freguesias” determina que pode haver um período excepcional de correção da lei anterior, observados determinados critérios”, e estabelece que o prazo para que as freguesias entregassem no parlamento os pedidos de reversão de agregações foi o de 21 de dezembro, já depois de terem a aprovação das assembleias de Freguesia e Municipal. “Após o dia 21 de dezembro de 2022, [a AR] constituiu um grupo de trabalho para verificar os pedidos recebidos, a montante, das autarquias, pressupondo quer a legitimidade quanto às entidades que remeteram esse expediente, quer as deliberações prévias que têm de ter existido antes dessa data de 21 de dezembro de 2022, para agora fazer a sua avaliação da conformidade à lei 39/2021. É esse trabalho que está a ser feito”, afirmou o deputado, que já presidiu à Associação Nacional de Freguesias (Anafre). Pedro*

*Cegonho intervinha numa audição, a pedido do Chega, à ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, sobre a lei das freguesias, que permite um mecanismo excecional e transitório para que as freguesias agregadas em 2013 possam desagregar-se. O prazo da lei dava 180 dias, até 21 de dezembro de 2022, para que as freguesias que o pretendessem pudessem requerer a desagregação, mas, entretanto, surgiram interpretações diversas. A Anafre anunciou ter pareceres jurídicos que sustentavam que a lei indicava que bastava que o primeiro passo no processo fosse iniciado até 21 de dezembro e o PCP entregou na AR um projeto que estendia por um ano o prazo para que as freguesias pudessem requerer a desagregação. O governo tinha admitido clarificar a lei devido a estas interpretações, mas hoje, no parlamento, a ministra Ana Abrunhosa remeteu para a competência exclusiva da Assembleia da República, e do grupo de trabalho criado, a interpretação e análise dos procedimentos. Em 22 de dezembro do ano passado, fonte parlamentar disse à Lusa que, até ao dia anterior, pelo menos 185 freguesias agregadas em 2013 tinham pedido ao parlamento para se desagregarem, no âmbito do mecanismo especial criado para reverter a chamada “lei Relvas”. O Governo apresentou no final de 2020 ao Parlamento uma proposta de lei que permite reverter a fusão e a extinção de freguesias ocorrida em 2013, durante o Governo PSD/CDS-PP, a que se juntaram posteriormente propostas do PCP, do PEV e do BE. A reforma administrativa de 2013 eliminou mais de mil freguesias, estabelecendo o atual mapa com 3092 destas autarquias. O regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias, que entrou em vigor em 21 de dezembro de 2021, prevê um mecanismo transitório que dava um ano às freguesias agregadas em 2013 para pedirem a reversão da fusão. A lei previa que os pedidos de desagregação, depois de cumpridos formalismos nas Assembleias de Freguesia e*



*Municipais, deveriam ser entregues no parlamento até 21 de dezembro de 2022, sendo aceites, posteriormente, processos em trânsito nos correios, desde que com carimbo de envio nessa data. Em 2013, Portugal reduziu 1168 freguesias, de 4260 para as atuais 3092, por imposição da “troika” em 2012, quando era responsável o ministro Miguel Relvas no Governo PSD/CDS-PP”. -----*

Continuou dizendo que depois dessa situação foi possível verificar no parecer que foi pedido à Anafre, que enviou uma resposta, não só a uma pergunta, mas uma resposta genérica a todo aquele problema em que diz que o processo transitório previsto no artigo vigésimo quinto, devem para as Freguesias que o desejam tem de ser iniciado dentro do prazo de um ano após a entrada em vigor da Lei, e dizendo que a Lei entrou em vigor em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Referiu que o parecer fala das iniciativas que se propõem, e que são do conhecimento destas situações que levaram à pronúncia das duas juntas de freguesia de acordo com a respetiva Lei. Leu seguidamente um excerto do parecer jurídico em que não consegue entender do ponto de vista jurídico em que afirmam que “*as condições de reversão da agregação têm que respeitar as condições da freguesia antes da agregação (não dá lugar nem a nova agregação, nem a nova freguesia)*”. Resumiu dizendo que a lei confere às Assembleias de Freguesia o poder de se pronunciarem sobre se se aceitam ou não a sua desagregação e que está conferido na Lei, sendo indiscutível. Continuou dizendo que a outra questão que se coloca é a questão que foi levantada logo na primeira vez que se discutiu a atual situação. Como o Senhor Presidente da Assembleia teve a oportunidade de referir, a Associação Nacional das Assembleias Municipais e em relação ao problema particular da União das Freguesias de Areias e Pias, entendeu, entendia, emitindo um parecer de que o caminho que devia ser seguido para a desagregação da



Freguesia e a nova, retomada da Freguesia eventual de Pias, se prenderiam com a criação de uma nova freguesia e não com utilização do recurso aquela legislação específica, e que foi esse o entendimento da ANAM, que teve a oportunidade de ler na primeira Assembleia que falaram sobre o assunto. Disse que os documentos vão ser enviados à Câmara Municipal para que se pronuncie com a obrigatoriedade da Lei, para que depois venham à Assembleia Municipal para ser objeto de uma apreciação e votação. Com o auxílio de juristas e o respetivo parecer dos mesmos, o Presidente da Mesa da Assembleia compromete-se a elaborar um documento e trazer esse documento à Assembleia, depois da respetiva apreciação legal que é obrigatória pela Câmara Municipal, elaborando um documento que vincule as opiniões escolhidas quer junto da ANAFRE, quer junto da ANAM. Disse ainda que respeitando a interpretação que a ANAFRE refere, e nem que a Mesa da Assembleia Municipal convoque uma reunião de sessão extraordinária, irão que ter o assunto resolvido, para se dar entrada do processo no Parlamento antes da data de 17 de junho de dois mil e vinte e três. Terminou dizendo que eram estas as informações que tinha desde a última Sessão Assembleia Municipal até à data. Esclarecendo uma questão que o Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral tinha colocado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que nas Assembleias de Freguesia ta reunião tinha de ser em regime extraordinário e na Assembleia Municipal poderá ser numa Sessão Ordinária ou Extraordinária, terminando assim o seu esclarecimento e terminando a sua intervenção no ponto em questão. -----

#### **INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----**

**1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e antes de proceder à leitura da sua intervenção quis chamar a atenção ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da seguinte situação: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma pequena explanação sobre como as coisas estão a decorrer em relação à Anafre, às informações, etc., falando também no projeto Lei do PCP, em relação ao problema. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apenas falou de um ponto dessa Lei, dizendo que a questão central é o artigo vinte e cinco da Lei do PCP, que altera radicalmente aquilo que se está a passar, referindo que o problema de ouvir as Juntas de Freguesias, era uma chamada de atenção, sendo que o processo está em desenvolvimento e logo se verá a que ponto é que se chega. Procedeu assim à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia. Na Assembleia Municipal de 24 de fevereiro não me foi possível esclarecer ao Senhor Presidente da Câmara que as respostas que me deu, em nada correspondem ao que eu apresentei. O Senhor enquanto Presidente da Assembleia, entendeu que não se devia entrar em diálogo, e não me permitiu corrigir o Senhor Presidente da Câmara. Considerando que o regimento da Assembleia no seu artigo vigésimo nono é bem claro, desejo esclarecer, que as Assembleias existem e servem para que os cidadãos apresentem os problemas, façam as perguntas que entenderem, e possam obter as devidas respostas dos eleitos. Por isso não se trata aqui de dialogar, trata-se sim, de obter respostas ou esclarecimentos, e caso seja necessário permitir a sua correção. Como não me foi permitido na altura, aqui fica a clarificação. Senhor Presidente da Câmara. Seria importante o Senhor registar com rigor os assuntos que são apresentados, e não os confundir, porque se o continuar a fazer, certamente terá as devidas respostas. A sua função enquanto*

*Presidente da Câmara é esclarecer, e não se pôr a dar palpites. Quando diz que eu tenho uma agenda política, eu gostaria que o provasse. É que se não o provar, eu ficarei com a ideia que gosta de levantar falsos testemunhos o que é muito desagradável e pouco sério. Os assuntos que eu tenho trazido aqui são sem qualquer sombra de dúvida questões políticas e sociais. Só que a grande diferença, é que não são questões partidárias. Vivemos numa República onde a política faz parte do sistema. O que tenho vindo a apresentar são problemas que existem no Concelho e que o Senhor não está a dar resposta. Ou seja, diz que dá, mas não dá. Por outro lado, o Senhor abordou a forma como eu cheguei a ser maltratado aqui em Assembleia pelo ex-Presidente da Assembleia, mas eu nunca o vi a si ou a alguém do seu partido a tomar posição sobre o mesmo. Por estranho que pareça, vi sim, um Senhor Deputado que assume a sua independência do PSD a tomar essa posição que até abandonou a Assembleia como forma de protesto. O que é estranho, é o Senhor levantar o problema com o intuito de intimidar. Já uma vez aqui o disse, e volto a repetir. Eu perdi o medo quando a minha mãe me pariu há 75 anos Senhor Presidente. Não vale a pena continuar a insistir porque é tempo perdido. Sobre a ETAR de Areias, só existe uma verdade. O Senhor afirmou que iria avançar no segundo semestre de 2022. Como se provou, o Senhor faltou à palavra, pois as obras em fevereiro de 2023 não tinham sequer começado”. No meio da intervenção referiu que já tinha vindo um Deputado Municipal dizer a mesma coisa. “Não venha com a desculpa que o assunto é da Tejo Ambiente, pois quem fez a afirmação foi o Senhor Presidente da Câmara, e não da Tejo Ambiente. O Senhor tem por hábito dizer que está sempre disponível para me atender. É que eu pessoalmente nunca lhe apresentei qualquer assunto, ou apresentei? Eu enquanto cidadão de pleno direito não venho aqui à procura de resolver problemas pessoais. Esses quando existirem,*

*tem local próprio para serem tratados. Venho apresentar assuntos que eu entendo necessitarem de uma resposta de V. Exa., e do seu Executivo. Mas o que acontece é que o Senhor se desvia dos assuntos e aborda outros ficando as perguntas sem resposta. O que é que a falta de funcionamento do ar condicionado ou a falta de reparação de alguns problemas existentes no Centro de Saúde, tem a ver com a não falta de médicos de família? Essa técnica de desviar a atenção é pouco criativa Senhor Presidente. O Senhor o que não quer é confrontar o seu governo com a borrada que este tem andado a fazer, por isso, tenta arranjar desculpas. Isto é um indicador que não está a cumprir bem o seu papel enquanto autarca quando diz que está cá para servir a população. Sobre o PDM, sua discussão e apresentação em Pias, é mesmo para esquecer. Porque discussão, não ouve, respostas às questões apresentados também não existiram. Mas o mais interessante é que o Senhor diz ter opinião, mas não a coloca na praça pública. Isto é! Seja qual for a conclusão, o Senhor pode sempre dizer, eu não participei! Sabe Senhor Presidente da Câmara, os cucos também colocam os ovos no ninho de outras aves para que estas os alimentem e fiquem libertas dessa responsabilidade. É uma opção, só que é uma opção oportunista. Para terminar quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: O senhor disse que eu nunca viria a ser eleito Presidente da Câmara. O que é que o Senhor queria dizer com essa afirmação? Sinceramente não esperava que o Senhor entrasse por esse caminho, o caminho partidário e eleitoral. Para quem afirma não ser político e estar a desempenhar uma função política, é estranho que o tenha dito. Duas questões se colocam. Que eu saiba, em Portugal ainda se vive em democracia. Ainda existem eleições, onde qualquer cidadão se pode candidatar e a população tomar a sua decisão. Seria razoável que não se pusesse a decidir ou a substituir a população. É que em eleições, quem decide é a população,*





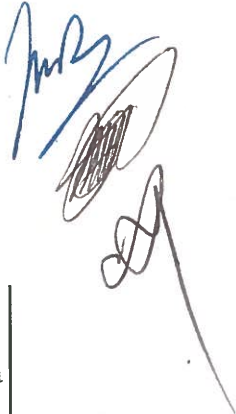


*e não o Senhor Presidente da Câmara. Se fosse a si fazia um esforço para cumprir o que prometeu à população, pois já está muito atrasado, e quando chegar a altura, logo se verá se cumpriu, ou não. Tenho dito.”* -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra e fazendo uma pequena correção, dirigindo-se ao Senhor Vítor Mendes, disse que não o proibiu de nada, apelando apenas a que não houvesse diálogo, não fazendo nenhuma proibição formal no dia da última sessão da Assembleia Municipal, ao que o Senhor Vítor Mendes respondeu que o Senhor Presidente da Assembleia não permitiu que respondesse, pelo que fez agora na intervenção, ficando a situação esclarecida naquele momento. -----

O cidadão Francisco Oliveira, no uso da palavra, começou por falar de uma questão já levantada pelo Deputado Municipal Filipe Figueiredo, achando que é pertinente, relativamente à celebração dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril, pensando que seria uma oportunidade ímpar de todos os ferreirenses celebrar aquela data igualmente ímpar. Referiu que na semana anterior teve a oportunidade de assistir dois discursos, em que houve certas situações que lhe marcaram, incluindo uma que dizia que *“nós temos de recordar as nossas origens, nós temos de recordar as nossas raízes de forma que possamos construir o futuro”*, e que seguidamente a outra pessoa que interveio, complementou dizendo que *“nós para vencer o futuro, também temos de vencer o presente”*. Referiu que no atual mandato, na atual legislatura, irá celebrar-se os cinquenta anos de liberdade, cinquenta anos de democracia, onde se pode dizer o que quisermos, fazer o que quisermos, pensar o que quisermos, não tendo qualquer tipo de repercussões relativamente a essa situação, chamando a atenção para, sempre dentro dos parâmetros legais. Considera-se um jovem de abril, nunca teve de viver uma ditadura felizmente, dizendo que


muitos pais, muitos dos avós, que passaram por essa situação, referindo que ele próprio não teve de passar por essas provações. Disse que há que recordar essas situações, pois vivia-se num estado autoritário, fascista, muito centralizador e como diz o velho ditado “*Portugal é Lisboa, o resto é paisagem*”, discordando dessa situação, dizendo que cada um tem os seus potenciais, e que cada um tem de saber aproveitar isso. Não se pode entrar num discurso que tente branquear ou tentar de certo modo apaziguar aqueles fantasmas do passado que querem continuar a aparecer, tendo assistido a isso pessoas que se opõem ao atual sistema democrático, não se podendo dar ao luxo de branquear esses comportamentos muito menos ter uma posição ambígua relativamente a eles. Disse que temos de claros e dizer vinte e cinco de abril sempre, pensando que têm de celebrar para o ano que vem, os cinquenta anos, sugerindo tanto ao atual executivo, como à atual Assembleia Municipal a criação de um grupo de trabalho, independentemente do grupo partidário, para que se possa ter umas celebrações dignas daquela data digna. Num segundo ponto e relativamente aos jovens é uma proposta que já vinha a defender desde agosto de dois mil e vinte e dois, relativo à juventude no Concelho de Ferreira do Zêzere, sendo de certo modo essa juventude, a geração das redes sociais, dos influenciadores, em que têm de influenciar centenas, milhares, milhões de pessoas, mas que, contudo, não são a geração dos decisores, o que neste caso, os decisores políticos que tomam as decisões hoje que irão influenciar o amanhã. Disse que são a geração das quatro crises, são aquela geração que terá cada vez mais dificuldade de ter acesso àquilo que o Sérgio Godinho cantava e que era, a paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação, e também outras causas como a alterações climáticas, a inclusão social, que são causas que defendem, reparando muitas vezes nas gerações mais velhas dizem que os jovens não têm interesse na política e que não estão para



lá virados. Afirmou que realmente é que estão interessados, podendo ver-se essa situação na Assembleia Municipal. Jovem, não só em Ferreira do Zêzere, mas em outros pontos do país, repleta de jovens a dar contributos para o seu Concelho e até mesma na terça-feira anterior, em que milhares jovens estiveram a celebrar o vinte e cinco de abril, a democracia, a liberdade, o estado social. Voltando a afirmar que sim, os jovens querem saber de política, querem saber de causas, e que apesar de as ideias dos jovens serem inovadoras, e apesar de serem essenciais para construir o futuro muitas vezes não são tidas em conta, sendo necessário conseguir dar ferramentas para se conseguir materializar as ideias propostas, para que os jovens sintam que as ideias são tidas em conta. E nesse sentido vêm propor à Assembleia Municipal bem como ao Executivo Municipal para terem em conta o que foi dito e que será a criação de um orçamento participativo jovem para o Concelho de Ferreira do Zêzere, pensando que esse orçamento participativo iria responder a muitas questões que os jovens até colocaram na Assembleia Municipal Jovem e que decerto futuramente no Concelho Municipal da Juventude esta situação poderá ser debatida, pois seria uma oportunidade para a sua geração e gerações que vem antes da sua para que consigam sentir que estão a dar um contributo para o seu Concelho, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Carlos Palhinha solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhores Autarcas Municipais e Exm.º Público. Antes de mais, permitam-me que cumprimente, muito calorosamente, todos os moradores-fregueses de Chãos, desejando-lhes, para o futuro, muitas felicidades, muita determinação e muita saúde... e Bem hajam por me receberem aqui.... Vou ser muito rápido... deixem-me só recordar alguns factos relativos à Desagregação da UFAP, pedida*

por 304 eleitores da antiga Freguesia de Pias.... Em 2012, foi-nos imposta, pela Lei Relvas (Lei 22/2012 de 30 de maio e Lei 11-A/2013 de 28 de janeiro) a Divisão da Freguesia de Pias em 3 parcelas – uma primeira foi agregada às Areias, com 5,4km<sup>2</sup>, uma segunda foi agregada a Águas Belas, com 3,1Km<sup>2</sup> e uma terceira foi agregada à Igreja Nova, com 1,3Km<sup>2</sup>. Em novembro de 2022, apresentámos, à Assembleia de Freguesia da UFAP, um abaixo-assinado com 304 subscritores a solicitar, ao abrigo da Lei, a Desagregação da UFAP, com vista à restauração da antiga Freguesia de Pias....Em 24 de novembro de 2022, demos conhecimento deste nosso apelo às Freguesias de Águas Belas e da Igreja Nova....Em dezembro de 2022, a Freguesia da Igreja Nova comunicou ter-se a abtido de se pronunciar sobre o nosso pedido.... Em 2 de dezembro de 2022, a Assembleia de Freguesia da UFAP, em reunião convocada para o efeito, votou favoravelmente a Desagregação pretendida....Em 17 de dezembro de 2022, esta Assembleia Municipal adiou, para data futura, a apreciação e votação do pedido de Desagregação....Em 24 de fevereiro de 2023, na Assembleia Municipal desse dia, eu pedi aos Senhores Autarcas que convidassem os Fregueses de Águas Belas a pronunciarem-se sobre a Desagregação da parcela, de 3,1Km<sup>2</sup>, que lhes foi a agregada em 2012... estou informado de que eles já pronunciarem votando CONTRA A DESAGREGAÇÃO... ou seja... querem continuar agregados a Águas Belas... não querem regressar às Pias....Em face destes factos, só me resta uma conclusão, face à Lei 39/2021 de 24 de junho, que ainda está em vigor... como nós não nos podemos substituir aos Fregueses de Águas Belas e da Igreja Nova, o nosso pedido de Desagregação tem de ficar limitado à parcela de 5,4Km<sup>2</sup> que foi agregada às Areias para formar a UFAP – União das Freguesias de Areias / Pias... (art. 9/1, Lei 22/2012 de 30 de maio)... esta é... das três... a única parcela que pode vir a constituir, no futuro, a



*“nova” Freguesia de Pias (art. 3/1/b, da Lei 39/2021).... A pergunta que, agora, faço é esta – estamos nós preparados para isso? Indubitavelmente que estamos.... Ora vejam os 5 critérios legais, CUMULATIVOS e OBRIGATÓRIOS, exigidos pela Lei 39/2021: PRIMEIRO – Serviços à População... mínimo de um trabalhador com vínculo de emprego público... o que vier naturalmente que terá de dar o seu acordo...edifício para sede já existe... equipamento cultural (temos dois – um Museu Etnográfico e um Rancho Folclórico bem vivo)... serviço associativo de proteção social de idosos (temos a Associação de Melhoramentos e de Bem-Estar Social de Pias que ainda funciona na Frazoeira por as respetivas instalações ainda não estarem concluídas)... existência de uma coletividade (temos a Associação Recreativa, Cultural, Desportiva e Social de Pias, com atividade de Bar e Refeições, que ainda, há cinco dias, congregou à volta de uma mesa de almoço cerca de 300 comensais).... SEGUNDO – Gestão Pública... esta, em rigor, só poderá ser posta à prova depois da Assembleia da República nos autorizar embora as atividades atuais mereçam o inteiro agrado de todos.... TERCEIRO – População e território... a nossa População ultrapassa o mínimo legal de 250 eleitores... basta ler o Abaixo-Assinado... quanto ao território, não há dúvidas de que este, muito possivelmente, ficará reduzido a 5,4Km<sup>2</sup>... se a Assembleia da República assim o deliberar, que remédio temos nós?!.... QUARTO – História e Identidade Cultural... este é o nosso trunfo mais importante... Pias remonta aos Visigodos dos séculos X a XII... no século XVI, torna-se VILLA até ao início do século XIX... quem o diz é o Senhor Dr. António Baião.... QUINTO – Vontade Política da População... o Abaixo-Assinado dos 304 subscritores e o voto favorável da Assembleia de Freguesia da UFAP, de 2 Dez último, são a prova cabal dessa vontade política.... Para terminar – os cinco Critérios Legais, Cumulativos e Obrigatórios, impostos por Lei e acima*



*identificados, permitem e justificam que os Senhores Deputados Municipais deliberem desde já e votem favoravelmente a Desagregação da UFAP, com vista à criação da NOVA FREGUESIA DE PIAS.... Mais uma vez, muito obrigado pela vossa atenção". -----*

Um Múncipe, solicitou o uso da palavra e dirigindo-se ao Executivo Municipal, colocou algumas questões, nomeadamente, “*subir o contador de água no muro pois não é possível ver a contagem de água, subir o chão junto ao portão da casa porque o passeio da via pública está mais alto e fazer a ligação da eletricidade do poste de eletricidade para o contador que está no muro*”. Estes assuntos que foram abordados, foram analisados pelo Executivo Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que ainda não tinha chegado ao Executivo os problemas relatados, e que haverá um conjunto de coisas que têm de ser melhoradas. Pediu ao Múncipe alguns dias, para poderem falar com o responsável da obra para se procurar uma solução que não prejudique em nada. Deu conta que ao longo das obras tem procurado sempre chegar ao entendimento com os moradores, no sentido de não se sentirem prejudicados e terem até mais-valia por força da Requalificação da Rua. Agradeceu a postura na abordagem da reclamação ao Múncipe e a sua presença. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que ficaria em aberto duas situações. A necessidade que têm de se pronunciar antes do dia dezassete de junho de dois mil e vinte e três, relativo à questão da desagregação da Freguesia e a criação das novas freguesias, a freguesia de Pias no território de 5,4km<sup>2</sup> e como o Dr. Carlos Palhinha realçou é bem e a situação inerente depois à necessidade de se produzir um documento para poder enviar para a Assembleia da República. Disse ainda que se o Executivo Municipal puder preparar a

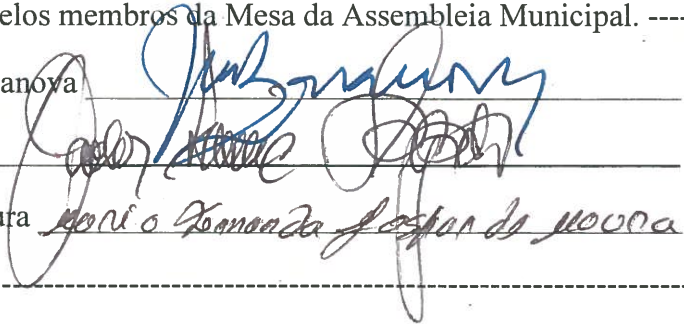
documentação normal para a Assembleia Ordinária de junho até ao início dessa e dando o intervalo, não será necessário efetuar uma Assembleia extraordinária, e se essa situação não acontecer far-se-á uma Assembleia Extraordinária. Referiu que atendendo a que pelo facto e a se fazer uma Assembleia Extraordinária, a mesma realizar-se-á no Centro Cultural Alfredo Keil em Ferreira do Zêzere, e havendo essa Assembleia Extraordinária deu conta que iria convidar se os Senhores Deputados Municipais não se opusessem, o Senhor Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para estar presente, esclarecendo e explicar o funcionamento da CIMT, para todos os Senhores Deputados Municipais tomarem noção das potencialidades que estão associadas à CIMT. Se acontecer fica desde já definido o local, mas não a data que será sempre a tempo de se enviar a documentação para Lisboa para a Assembleia da República até dezassete de junho. Se tiverem de reunir uma Assembleia Ordinária, reunirá e de acordo como tem sido o plano, reunir-se-á na Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, informando os interessados logo que haja disponibilidade nesse sentido. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e trinta e sete minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. ----

José Manuel Pinto da Silva Casanova

Carlos Ferreira Salgado

Maria Fernanda Gaspar de Moura



-----  
-----  
-----